

III Encontro do Foro de São Paulo

Realizado em Manágua, este encontro teve como eixo de discussão os problemas da integração continental e as alternativas que se abrem para as esquerdas latinoamericanas.

Página 17

É hora de pisar no barro

Contra a lama do Governo Collor, o PT fará da campanha eleitoral um espaço de denúncia. Vamos pisar no barro e subir o morro, para levar àqueles que ainda são sensíveis ao apelo "minha gente" a verdade dos fatos que a Globo não divulga.

Páginas 6 e 7

Políticas Públicas para a Juventude

Página 8

Vigília pela Reforma Agrária

Página 24

A Campanha Eleitoral nas Capitais

Página 7

Educação para um Brasil Cidadão

Página 23

Novo Estatuto

Um caderno especial com as propostas de novo estatuto do PT, para discussão, entre as páginas 9 e 16



Domingo da Dignidade

Custou mas saímos do jejum. No dia 11 de agosto os estudantes deram de presente ao presidente uma manifestação em favor do impeachment, que reuniu 15 mil pessoas, em São Paulo. No domingo, dia 16 de agosto, em resposta ao pedido de apoio de Collor, os brasileiros com dignidade vestiram luto (destaque).

A Comissão Executiva Nacional do PT decidiu que a necessidade de concentrar esforços para concretizar o "Fora Collor" - etapa ainda não vencida - torna inoportunas outras palavras de ordem.

Páginas 3, 4 e 5

Você sabia?

A Prefeitura de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Obras e Viação, criou um programa de pavimentação comunitária, onde a população define a ordem de prioridade das ruas a serem asfaltadas, em consonância com a discussão orçamentária e tendo como critério o volume de carência de infra-estrutura urbana local.

Num convênio com a Universidade Estadual Paulista (UNESP), a Secretaria Municipal de Educação de Santos desenvolveu um projeto de alfabetização ao servidor público. Em 88 a Secretaria realizou o Censo Educação e encontrou, só no setor de limpeza pública, 1500 trabalhadores analfabetos. A partir deste resultado foi criado um curso específico de alfabetização para servidores. O curso, cuja duração é de 90 dias letivos, tem como objetivo desenvolver a cidadania e a cultura do trabalhador da administração.

Também na prefeitura municipal de Santos foi implantado, pelo novo Sistema de Saúde, o Centro de Convivência Tam, um espaço de troca de experiências onde trabalhavam pacientes psiquiátricos. No centro funcionam oficinas de bijouterias, estamparia, marmoraria, mecânica, pintura em tela e *silk-screen*. Diariamente cerca de 70 pacientes passam por um acompanhamento ambulatorial, numa relação cooperativa, que os prepara para a reintegração social.

Aconteceu, na sede nacional do PT, no dia 11 de junho, a 1ª Reunião de Homossexuais Petistas, com a finalidade de discutir as questões políticas que envol-

vem esse segmento. Ficou decidido encaminhar aos DR's um documento com as seguintes propostas principais: formação de um fórum para discussão da homossexualidade nas instâncias do Partido;

empenho da Bancada Federal do PT no Congresso para a inclusão do termo **orientação sexual** no capítulo sobre discriminação, durante a revisão da Constituição em 93.

O partido com o qual a população de Belo Horizonte mais simpatiza é o PT, segundo as últimas pesquisas realizadas pelo Data-Folha (26/7) e Ibope (24/7).

O candidato da Frente BH Popular, Patrus Ananias (PT), foi o único a crescer na preferência do eleitorado. Patrus subiu de 7 para 11%, enquanto Aécio (PSDB) caiu de 14 para 12% e Sergio Ferrar (PMDB) despencou de 19 para 13%. Mauricio Campos (PFL, PRN, PL) continua estável com 19%.

Maluf já está começando a sentir o gosto da derrota. No dia 24 de julho o PT entrou com uma representação junto ao TRE contra a propaganda do candidato do PDS, veiculada em out doors, que dizia: "MULTAS. Aguarde. Maluf vem aí!" O argumento da advogada do PT foi de que a propaganda incitava a desobediência às leis. O juiz da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo concordou com a solicitação do PT e expediu sentença obrigando o PDS a retirar os out doors no prazo de 48 horas.

Corruptos. Aguardem. Vem aí Suplicy!

(Extraído do GTE-Diário, informativo do GTE 92 - Nacional)

ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$ 25.000,00

Nome _____

Endereço _____

Cidade _____

CEP _____ Estado _____

Modo Petista de Governar

Agora ficou mais fácil obter a fita de vídeo Modo Petista de Governar. Deposite o valor de Cr\$ 200.000,00 no Banco do Brasil, Agência 0383, Conta nº 61385-1, Campos Eliseos - São Paulo - em nome de Joaquim Soriano.

Em seguida emita um fax ao GTE nacional (011 - 222.1106) do comprovante do depósito.

Após o recebimento do fax enviaremos a fita via sedex.

Qualquer dúvida ligue para (011) 223.7999 ramais 229/231



Deu Fora Collor em São Bernardo

O Diretório do PT de São Bernardo do Campo resolveu fazer um plebiscito para saber a verdadeira opinião dos cidadãos locais sobre o "mar de lama" que envolve o governo federal. Montou cabines de votação em pontos importantes da cidade como Praça da Matriz, Praça Lauro Gomes, Largo S. João Batista, em Rudge Ramos, terminal de tróleibus e garagens de empresas rodoviárias, além das portas das fábricas: Ford, Mercedes, Scania e Volkswagen.

Veja os resultados:

1 Você acha que o presidente Collor está envolvido em corrupção? **SIM - 84,18% (9.142 pessoas)**; Não - 12,17% (1.322 pessoas); Brancos - 2,87% (312 pessoas); Nulos - 0,8% (84 pessoas).

2 Você acha que o presidente Collor deve continuar na presidência? **SIM - 15,41% (1.674 pessoas)**; NÃO - **80,68% (8.762 pessoas)**; Brancos - 3,07% (334 pessoas); Nulos - 0,8% (90 pessoas).

Manifesto pela renúncia

Nós, produtores e trabalhadores, artistas e técnicos em espetáculos de diversões, nos unimos à sociedade civil, indignados com a corrupção de uma elite poderosa. Vimos exigir ética! Lembramos que todos são iguais e responsáveis por seus atos e que ninguém está acima da lei e da verdade dos fatos.

Proclamamos a necessidade básica de se criar uma sociedade verdadeiramente humana onde o egoísmo, o pri-

vilégio, o oportunismo e a impunidade cedam diante da probidade, da solidariedade e do progresso social.

Pela dignidade do povo brasileiro, sr. presidente Collor, renuncie!

Ligia de Paula Souza
presidente do SATED/SP
(Sindicato dos Artistas e Técnicos em
Espetáculos de Diversões)

Aziz Bajur
Associação Paulista de Autores
Teatrais - APART

Pequenas Grandes Administrações

A Secretaria Agrária Nacional, em conjunto com a Secretaria de Formação Política e o Instituto Cajamar, produziu a cartilha "Pequenas Grandes Administrações" com o objetivo de subsidiar as campanhas e a elaboração dos planos de governo das candidaturas petistas dos pequenos municípios. Cada DM receberá um exemplar. Os demais interessados devem entrar em contato com a SAN, na sede Nacional.

BOLETIM NACIONAL

Agosto e Setembro/92 - Nº 65

O Boletim Nacional é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203 - São Paulo/SP
Fones (011) 223.7999/7904
ou 222.2956/2875/6986

Secretário de Comunicação
João Machado
Secretário Adjunto
Markus Sokol
Jornalista Responsável
Marisa Lourenço MTb 18.321
Colaboradores
Cintia Campos
Editoração Eletrônica
William Aguiar
Fotolito e impressão
Artes Gráficas Guarú Ltda.

Adiamento do ENExt

O Diretório Nacional, em reunião ampliada realizada nos dias 4 e 5 de julho, referendou a decisão da Comissão Executiva Nacional de adiamento do Encontro Nacional Extraordinário (ENExt), anteriormente marcado para os dias 18 a 20 de junho de 1992.

O DN também aprovou as seguintes decisões, decorrentes do adiamento do ENExt:

1 - Devem ser realizadas, em novos Encontros Estaduais, novas eleições para escolha de novos delegados ao ENExt.

2 - Fica adiada para exame posterior a questão da necessidade ou não de eleição nos Estados, de novos membros do Conselho Deliberativo Nacional.

3 - Somente em caráter excepcional, poderão ser prorrogados mandatos de organismos dirigentes estaduais.

4 - Fica adiada para ocasião posterior a discussão e a votação de calendário fixando prazos para realização de novos Encontros Estaduais, eleição de delegados ao ENExt, eleição de membros do Conselho Deliberativo Nacional, eleição de novos organismos dirigentes estaduais e realização do ENExt no primeiro semestre de 1992.

4.5 - Até a fixação do calendário com datas para novas eleições, as reuniões do Diretório Nacional contarão com a participação - na qualidade de convidados e apenas com direito a voz - de filiados que, nos Encontros Estaduais já realizados, tenham sido eleitos como membros do Conselho Deliberativo Nacional.

4.6 - A realização de novos Encontros Estaduais, bem como a eleição de novos delegados, conselheiros ou organismos dirigentes, obedecerá a critérios especiais, que serão oportunamente divulgados.

4.7 - A atual Comissão Executiva Nacional fica mandatada pelo DN para apresentar ao Diretório Nacional, em nova reunião, propostas de recomposição, redistribuição de responsabilidades e atribuições, bem como outras decisões necessárias para a reestruturação da CEN.

Centrar fogo no "Fora Collor"

A Comissão Executiva Nacional, reunida extraordinariamente nos dias 1 e 3 de agosto, discutiu o momento político a partir do relato feito pelos deputados federais Eduardo Jorge, José Genoíno e Aloísio Mercadante sobre os últimos passos da CPI da corrupção e os possíveis desdobramentos do caso Collor/PC Farias.

Na discussão -- que esteve restrita às formas de chegar ao impeachment e a postura a ser adotada pelo partido, caso se dê o afastamento de Collor -- os dirigentes marcaram posições semelhantes quanto a preocupação em garantir a aprovação do impeachment, mas distintas quanto a possibilidade de o PT participar do governo Itamar Franco, ou mesmo aceitá-lo.

Na avaliação de Eduardo Jorge, líder da bancada, o PT não deve recusar-se a participar da discussão sobre um governo eventual de "união nacional". Está de acordo com esta avaliação o deputado José Genoíno, que afirmou que o PT pode sentar com o vice-presidente Itamar para discutir pontualmente as políticas de governo. Outros, mais cautelosos, defenderam que apesar de o PT não dever participar do Governo Itamar é prudente aguardar o momento certo de anunciar essa posição, para que isso não se reflita na votação do impeachment.

Dois tempos

Apesar de não integrar a pauta, a mobilização popular foi mencionada, por Mercadante, como condição fundamental para se garantir a aprovação do afastamento do presidente.

A luta agora tem dois tempos, na opinião de Genoíno. "No primeiro é preciso obter um relatório da CPI técnico, factual e formalmente correto. No segundo, é preciso que personalidades, respaldadas pelos partidos, apresentem um pedido de impeachment.

O PT, diz ainda Genoíno, precisa fazer movimentos claros, não abaixar a cabeça, mas

abrir diálogo com todas as forças, até as governistas. A isto se opôs João Machado, Secretário Nacional de Comunicação do PT, afirmando que a saída não é participar do governo de união nacional, mas sim obter o impeachment e convocar novas eleições gerais, inclusive presidenciais. "Não podemos aceitar as eleições de 89 e, por conseguinte, aceitar o Itamar: isso seria um arreglo", afirma. O companheiro Augusto de Franco achou absurda a posição de levantar agora a bandeira das eleições gerais. Ele acredita que o Partido deve concentrar-se no impeachment e enfrentar o fato de que o Governo Collor vai contra-atacar a oposição e principalmente o PT.

Joaquim Soriano, Eduardo Suplicy e Marco Aurélio Garcia também manifestaram-se contra a idéia de participar de um governo pós-Collor. Marco Aurélio, Secretário de Relações Internacionais, acrescentou que o PT deve dizer que não participará do Governo Itamar, mas não deve dar demasiada ênfase na "ilegitimidade" da eleição de 89.

O secretário geral do Partido, deputado José Dirceu, demonstrou não estar tão temeroso quanto os demais em relação a permanência de Collor no governo. Segundo Dirceu a CPI vai criar condições para pedir o impeachment, que tem chances de passar na primeira votação. Ele também se declarou contra o Governo de União Nacional.

Ao final da reunião, a CEN decidiu centrar fogo na questão do impeachment e não entrar, ainda, na discussão do novo governo -- para essa discussão, pediu apresentação de propostas, por escrito, para a reunião do dia 17 (veja as propostas nas páginas 4 e 5).



Com a mesma pauta, a Comissão Executiva Nacional voltou a reunir-se na segunda-feira, dia 17 de agosto, após as manifestações populares do domingo, que demonstraram o fracasso do apelo verde-amarelo de Collor.

Nesta reunião, a CEN considerou precipitado aprovar uma posição sobre o pós-Collor, reafirmando a necessidade de concentrar as atenções no processo de impedimento do presidente da República. Abaixo publicamos a nota aprovada na reunião.

Dignidade e Democracia

A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, reunida em São Paulo, a 17 de agosto de 1992 depois de examinar a evolução do quadro político do país, avaliou que:

1 - O centro da mobilização partidária, assim como da sociedade, deve pôr fim, o mais rápido possível, à situação de degradação política e moral em que se encontra mergulhado o país. Neste sentido, é fundamental o apoio à ação da CPI e do Congresso Nacional. Consideramos que já estão reunidos elementos suficientes para fundamentar o pedido de impeachment do presidente da República. Sua votação, no entanto, não depende apenas da fundamentação jurídica do pedido, apoiada nos elementos constantes do relatório da CPI, mas, antes de tudo, do prosseguimento e aprofundamento da mobilização popular e das entidades da sociedade civil, da articulação dos partidos políticos, bem como da ação do Congresso Nacional.

2 - Materializada a destituição do presidente, através do impeachment, conforme prevê a Constituição, deve assumir o vice-presidente da República.

3 - A necessidade de concentrar esforços para concretizar o "Fora Collor" - etapa ainda não vencida - torna inoportunas outras palavras-de-ordem como as de "eleições gerais" ou definições mais específicas a respeito do futuro pós-Collor.

4 - Oportunamente, o Partido dos Trabalhadores apresentará, à consideração da sociedade e dos partidos, um programa de reformas políticas, econômicas e sociais, centrado no combate à corrupção, na democratização radical do sistema político e na superação da crise econômica segundo os interesses dos trabalhadores e das amplas maiorias nacionais.

Na luta, o povo brasileiro recuperará a dignidade e a democracia.

São Paulo, 17 de agosto de 1992
Comissão Executiva Nacional

Pós-Collor, uma discussão para o futuro

A reunião de 17 de agosto da Comissão Executiva Nacional discutiu a situação política, as recentes mobilizações, o processo de impeachment do presidente da República, a posição do PT diante do pós-Collor.

Foram apresentadas por escrito as propostas a seguir.

A CEN aprovou uma nota (publicada na página 3), considerando que no momento seria prematuro aprovar qualquer posição sobre os desdobramentos pós-impeachment. Oportunamente será organizada uma discussão no partido

O PT em face do desdobramento da crise

1. O afastamento de Collor e a punição de toda a quadrilha que o cerca abriria uma nova fase na política brasileira. Pela primeira vez na história do país a prática de corrupção estaria sendo exemplarmente punida. A promiscuidade entre o público e o privado, consagrada na tradição das elites e que Collor e seu grupo expandiram a limites inimagináveis, sofreria um duro golpe. As consequências desse fato para o futuro do país seriam, evidentemente, muito positivas.

2. Igualmente inédito seria o afastamento do presidente da República pela via constitucional, livre de ameaças de rupturas institucionais, marcando, assim, uma outra negação, agora da tradição golpista que sempre se fez presente nas crises nacionais, seja enquanto realidade seja enquanto ameaça explícita.

3. Comprometido com a luta pela radicalização da democracia, o PT encara com otimismo a emergência de novos sujeitos na cena nacional, configurados particularmente pela atuação da imprensa, vanguarda das investigações, e do Congresso, até aqui autoridade incontestável, para qual se voltam, legitimamente, todas as expectativas da sociedade de que desta vez os criminosos não ficaram impunes.

4. Na avaliação do PT, a luta pela saída de Collor, quanto mais a crise vai se aproximando de um desfecho, mais vai-se tornando inseparável da discussão sobre um futuro sem Collor, ou seja, de um entendimento entre os partidos e com a sociedade capaz de viabilizar politicamente a ascensão de Itamar. É evidente que, além da configuração do crime de responsabilidade, de modo a conferir a sustentação jurídica ao impeachment, será também necessário construir politicamente uma alternativa.

5. Nessa perspectiva, o PT está disposto a participar de uma negociação política ampla visando assegurar uma governabilidade democrática e a formulação de uma pauta de mudanças para o país a partir do afastamento de Collor, envolvendo principalmente as questões a serem objeto de apreciação pelo Congresso.

6. Ao mesmo tempo, o PT recusa a tese do "governo de união nacional". Ainda que diferente do governo Collor, um governo Itamar será um governo chefiado pelo vice de Collor, contra o qual o candidato do PT se confrontou no segundo turno das eleições de 89. Portanto, um governo cuja matriz originária está distante do perfil político do PT.

7. A disposição do PT para a negociação tem, portanto, um outro significado. Enquanto parceiro dos partidos que assumiram desde o início a luta pela CPI, pela apuração das denúncias e pelo afastamento de Collor, o PT tem consciência do seu dever de compartilhar responsabilidade pelo futuro. Tem claro que a construção de uma governabilidade democrática implica não só numa disposição para o diálogo amplo neste momento. Impõe também uma disposição de abertura para a discussão com o novo governo, em torno de propostas concretas, no âmbito do Congresso Nacional.

8. Em síntese, o PT não integrará o novo governo, mas se recusa a comportar-se como quem lava as mãos diante da nova realidade estabelecida pela posse de Itamar. A sua posição, nesta medida, será substancialmente distinta daquela que praticou até agora em face do governo Collor.

9. A disposição do PT para um diálogo amplo - com os partidos, movimentos sociais, entidades civis, militares, empresários, etc. - visa consumir a substituição constitucional de Collor e fortalecer um caminho democrático. Um caminho que inclua o desdobramento do combate à corrupção em mudanças institucionais e através do qual os trabalhadores encontrem respostas, pelo menos, para seus problemas imediatos mais angustiantes, como a recessão, o desemprego e a inflação.

José Genoíno

Derrubar Collor e sua política

1. É certo que haverá a abertura do processo de impeachment no Congresso, mas a copra de apoios pelo governo indica que o "Fora

Collor" será uma batalha prolongada, que só poderá ser ganha se articularmos o argumento das denúncias com uma enorme mobilização popular.

2. O PT tende a ser o desaguadouro do protesto popular contra a corrupção institucionalizada na política brasileira e este é o nosso maior trunfo. Esta, mais do que qualquer outra eleição municipal, tem condições de ser "nacionalizada". Os trabalhos da CPI e os debates do impeachment se transformarão no centro dos programas eleitorais. Isso pressionará o Congresso.

3. As classes dominantes procuram separar radicalmente as investigações da CPI do programa neoliberal que Collor está implementando, é decisivo que o PT se contraponha a isto. O esquema Collor/PC não se limita à quadrilha do Palácio do Planalto, mas inclui setores empresariais expressivos, como mostra também a CPI da VASP. E só poderemos nos credenciar como alternativa de governo apresentando uma alternativa global para o país, um projeto de nação distinto daquele hoje amplamente hegemônico entre as classes dominantes (mesmo nas facções anti-Collor).

4. Nosso objetivo é construir uma alternativa de governo com base em um programa democrático e popular. Não podemos fazer concessões ao neoliberalismo no sentido ideológico ou programático, nem adotar táticas do tipo "garantir a governabilidade democrática" (para não falar de governo de união nacional).

Coerentemente buscamos aprofundar a crise de governo até o afastamento de Collor e a transformação do atual processo em uma crise de regime.

Há iniciativas de reformas políticas (sistema partidário, sistema eleitoral e representação proporcional, controle do executivo, democratização dos meios de comunicação, etc) em curso, que podem aprofundar a democratização do Estado e ser associadas a novas eleições no caso de impeachment. E estarão, de qualquer forma, em disputa na reforma constitucional e na discussão sobre o sistema de governo. É neste processo de conjunto que estaremos disputando na sociedade eixos do programa democrático e popular até 94.

5. A orientação mais geral para a saída do presente impasse são novas eleições gerais acompanhadas de amplas reformas políticas -- uma limpeza geral no sistema que está montado como condição para começar de novo em outras bases. Só assim será superada a crise ética e política nacional. De acordo com o desenrolar da luta pelo "Fora Collor", devemos ter flexibilidade tática para optar por outra posição, por exemplo, defender apenas novas eleições presidenciais (e algumas reformas políticas) caso venhamos a ter um Congresso fortalecido pela aprovação do impeachment de Collor.

João Machado e Joaquim Soriano

Eleições diretas.

Nenhum apoio a Itamar.

Durante muito tempo o PT manteve uma tática equivocada, não dando resposta à crise do governo e com a maioria da direção resistindo assumir a proposta do impedimento do presidente Collor.

A partir da proposta de convocação da CPI, retomamos a ofensiva política e assumimos o nosso lugar no centro da oposição. Foi um avanço sensível. Os nossos parlamentares têm agido com competência na CPI, e são principal referência de quem acompanha os fatos e dos que desejam contribuir com as denúncias de corrupção. Por outro lado, o movimento aponta para uma ampliação das mobilizações. A CPI já deixou claro e exposto o esquema PC-Collor e algumas de suas ramificações, mas continua sendo fundamental multiplicar investigações e denúncias de novos casos, para manter o noticiário durante o processo de impedimento, contribuindo assim com as mobilizações, o isolamento de Collor e inibindo o esquema parlamentar e empresarial governista.

O PT deve continuar lutando para levar até as últimas consequências a luta pelo impeachment. E levar as últimas consequências implica mostrar que Itamar é parte disso tudo. Pois o vice foi eleito graças ao mesmo esquema de crime eleitoral que elegeu Collor. Mostrar que o grande empresariado é omissivo, covarde, quando não ati-

vamente corruptor. Mostrar que este caso não é exceção no capitalismo no Brasil ou em nível internacional.

No caso concreto, o mandato de Itamar, como vice, já é tão ilegítimo e ilegal quanto o de Collor. Portanto a sua ascensão à presidência também o é. Não é possível defender a posse de Itamar, nem do ponto de vista político, nem, muito menos, do ponto de vista ético.

Numa situação como esta, não cabe aos democratas radicais, outra alternativa que não seja a defesa de eleições gerais ou diretas presidenciais. E, ao lado disto, mostrar a necessidade de um governo/programa democrático-popular com os contornos que temos defendido e uma alternativa de emergência para enfrentar a crise econômica, social e política que vivemos.

Em qualquer hipótese, se o impeachment for vitorioso (ou houver renúncia preventiva) já será uma vitória. Mas em nenhum caso o PT deve compactuar com saídas por cima que visem a posse de Itamar, ou qualquer versão, mais explícita ou mais tímida, de participar/ apoiar/ sustentar/ garantir um governo encabeçado por ele.

Em caso de prevalecer a posse de Itamar, seremos contrários, não participaremos de qualquer articulação que vise viabilizá-la e seremos oposição a este governo. Isto não impede continuarmos trabalhando em frente pelo impeachment, mesmo com alternativas diferentes. Foi assim nas Diretas, na Constituinte e no início da CPI-PC-Collor.

Além disso, do ponto de vista de massa, a defesa de Itamar não amplia. Ao contrário, inibe a mobilização pois o povo não sente firmeza de que haverá diferença. Basta ver as pesquisas, onde a grande maioria prefere novas eleições do que a posse de Itamar.

Jorge Almeida

Tirar Collor depende da consequência da posição do PT

1 - Apesar de muito acuado Collor resistirá a todo custo. Nossa ofensiva deve combinar três ele-

mentos: bom relatório da CPI/mobilização popular/alianças políticas e sociais.

2 - Este episódio, se bem completado, pode ser caracterizado como uma verdadeira revolução cultural e ética no Brasil. No imaginário popular três elementos se combinarão: a democracia pode operar com sucesso mudanças complexas como a atual; o povo é sujeito no processo (individualmente, mostrando ousadia de enfrentar os poderosos/por seus partidos populares/, nas mobilizações de rua); a elite pode ser atingida e exemplarmente punida na sua apropriação privada e corrupta do Estado.

3 - Como consequência imediata da saída de Collor, teremos que um governo que o suceda será obrigado a enfrentar radicalmente três problemas gravíssimos do nosso país: corrupção, sonegação e clientelismo.

4 - O enfrentamento desses três itens da pauta nacional terá inevitavelmente desdobramentos também econômicos, com a alavancagem de recursos para programas sociais, melhor condição de encarar a questão da dívida externa, etc.

5 - Além disso, a liberação de energia popular, que estava em parte adormecida pela desesperança, poderá nos dirigir para reformas estruturais mais profundas em etapa seguinte.

6 - Vivemos ainda uma fase de consolidação democrática no Brasil. Neste sentido, a referência constitucional é fundamental até para sua forma por mecanismos democráticos proximamente. A referência constitucional indica a solução necessária e possível da posse incondicional do vice-presidente Itamar Franco. Qualquer outra solução nos jogará num período de riscos para a consolidação democrática.

7 - Não podemos nos refugiar numa tática gradualista tipo: CPI, depois impeachment, depois posse do vice, depois novo governo. Na verdade a discussão é simultânea. Na verdade a discussão concomitante inclusive sobre o governo Itamar a meu ver é até condição para o sucesso dos outros itens. As forças sociais exigem, de certa forma, uma visão mais clara sobre o que virá para um engajamento mais decidido em qualquer desenlace.

8 - O PT foi um dos elementos-chaves no desencadeamento deste enfrentamento. Nada acontece ou acontecerá sem ser levada em conta a nossa posição. Dessa forma, nossas decisões serão chaves para o sucesso do impeachment e para as possibilidades de um governo Itamar.

9 - Governo de união nacional, de unidade, de unanimidade, é impossível. É também indesejá-

vel, pois levaria o país ao imobilismo. Nossa posição deveria ser de participar do processo de discussão sobre um "governo de transição". Não decidir a priori a nossa participação ou não participação. Disputar com nossas propostas o programa deste governo. Isolar a extrema direita e sonegar a hegemonia do governo de atuação se caso contrário o governo de

10 - Fissão deste país em possíveis Itamar, visamos uma grande arco de aliança pode simplificar a visão messiânica que tudo por nossa chegada deseducada pode gerar com as ditaduras que enfrentamos reformas que realizamos

Eduardo Jorge

O PT na nova situação

Depois do domingo da "batalha das cores", na história do país, que conclusões podemos tirar?

A primeira coisa é que o povo começou a sair às ruas, com alto grau de espontaneidade. Cerca de 100, 150 mil pessoas tinham se manifestado nas capitais durante o mês anterior. Naquele domingo, foram 200,250 mil para surpresa de todos, principalmente de Collor. Trata-se de uma aceleração, mais rápida do que o princípio da Campanha das Diretas. Que ninguém se engane: a paixão que está pondo amplas massas em movimento é mais profunda que então. Só na aparência a corrupção é "mais leve" que o regime militar agonizante da época. Pois ela toca o âmago da relação das instituições do Estado com a sociedade.

O segundo elemento é a disposição de Collor não sair. Ele confia na covardia e falta de opções confiáveis das classes dominantes que não têm alternativa global à política do FMI, política que tenta executar com dedicação. Quem paga a conta, os banqueiros internacionais não deram qualquer sinal de movimento. Ao contrário, esperam nessas alturas uma solução com continuidade do governo Collor. Como no Peru, onde os partidos terminaram a farsa constitucional de Fujimori, ou, de outro modo, na Venezuela, onde o Congresso reafirmou o mandato de Andrés Perez. No Brasil, as classes dominantes e suas repre-

sentações políticas estão cada vez mais divididas sobre como sair da crise, inclusive o bloco parlamentar governista.

Assim, dificilmente haverá uma volta atrás. Pois a crise é muito maior que a esgotada Presidência da República. Ela envolve numa

passiva -- se riais cheques lo menos três nha presidente e o vice, a das Forças do Congresso patronato na-til. Foi graças a ramos a onde ilquer investilemonstrar (é ão do compa-

recauchutas e 1988 estão idade está em 31% do povo, o Congresso ent, segundo eito, é o mes-ota um salário 100,00, a mes-ena os sem-

terra gaucios e nao faz com que se pague aos aposentados.

Uma reflexão se impõem pois para o Partido, e na sociedade:

- O fora Collor é o primeiro, e não o último, ponto da plataforma do movimento que ganha as ruas. não há como separá-lo das reivindicações e aspirações, materiais e morais que ele em verdade expressa.

- Satisfazer esse movimento exige radicalidade democrática, sim. É necessário construir uma nova legitimidade institucional. Passar o Brasil a limpo. Na democracia, o mandato para tanto repousa na soberania da vontade popular. A Assembléia Constituinte é a melhor forma para expressá-la: dar a palavra novamente ao povo, para que, por meio de seus representantes, livre e proporcionalmente eleitos, se decida atender aos seus anseios e construir um governo a eles conforme. Este é um debate a abrir no Partido e na sociedade para preparar-se para o novo período que se abre.

Hoje, um amplo movimento deve ser construído em torno do "Fora Collor". Ele ainda tem que crescer e enraizar-se nas empresas e nos campos para ter força real. Nenhum pacto antecipado de cogoverno com Itamar ou outro, nenhuma garantia programática para governabilidade futura, nada disso ajuda o movimento a crescer ou enraizar-se, ao contrário. Também na época das Diretas, como vimos depois, havia gente de boa fé que acreditou no "pacto das elites", mas estavam errados, foi o que o PT concluiu.

Markus Sokol.

CS é assunto encerrado

Os dirigentes nacionais que haviam apresentado recursos contra a decisão do DN de desligamento da Convergência Socialista, substituíram seus recursos pela seguinte declaração

A pauta desta reunião do Diretório Nacional inclui a discussão de diversos recursos das decisões do próprio DN e da CEN com relação à Convergência Socialista.

No entanto, entre a apresentação dos recursos e esta reunião houve mudanças na situação, especialmente a iniciativa por parte da Convergência Socialista de constituir uma "Frente Revolucionária" e chamar os revolucionários a saírem do PT e se integrarem a ela, caracterizando o PT já como um partido degenerado, morto.

Assim, a discussão dos recursos que visavam criar condições para prosseguir na luta para convencer os companheiros da CS a se integrarem ao PT plenamente perdeu o sentido, razão pela qual substituímos os recursos por esta Declaração.

Mantemos a avaliação de que as decisões da CEN de 6/4, do DN de 9/5 e da CEN de 25/5 foram incorretas, pelas seguintes razões:

a) A direção do PT não desenvolveu, de fato, a necessária luta política para integrar plenamente os companheiros da CS ao PT;

b) O tratamento dado à CS contrasta com a aceitação e até mesmo complacência por parte das direções partidárias com práticas de parlamentares e prefeito que por vezes afrontam não apenas as decisões democraticamente deliberadas nas instâncias como o próprio funcionamento democrático do partido;

c) As Decisões sobre a CS que levaram à sua exclusão foram tomadas apenas em nível de direção, contra a posição da base do partido expressa em Encontros Municipais e Estaduais, e no meio de um processo de Encontro Nacional inconcluso.

A forma como a decisão final de desligamento da CS

foi comunicada ao partido foi extremamente autoritária, ameaçando de sanções instâncias partidárias e militantes que não a encaminhassem.

A CS não fez nenhum esforço real, ainda que formal, para permanecer no PT. Além disso, o erro de encaminhamento da maioria da direção do partido, como prevíamos, incidiu decisivamente sobre a luta interna na CS e favoreceu as posições mais sectárias, agora expressas na posição da "Frente Revolucionária", do chamamento aos revolucionários para saírem do PT, e na caracterização de que o PT já morreu.

No entanto, é possível que o assunto não esteja encerrado, pois certamente permanecem diferenciações na CS e sua proposta atual inevitavelmente se chocará com a realidade. Consideramos que o PT deverá ficar atento para identificar eventuais movimentos da CS ou de parte dela para voltar ao PT. Uma vez que a CS tem muitos militantes combativos e valerosos, o nosso interesse é que voltem ao PT.

São Paulo, Reunião Ampliada do DN, 5/7/92

João Machado (DN)
Jorge Almeida (DN)
Joaquim Soriano (DN)
Renato Simões (CDN)
Lauro C. Marcondes (CDN)
Luiz Eduardo Greenhalgh (DN)
Valdisio Luiz Caldas Fernandes (DN)
Alberto Bastos (DN)
Tatau Godinho (CDN)
Eduardo Albuquerque (Executiva MG)
Markus Sokol (DN)
Ronald Rocha (DN)
Ignácio Hernandez (Presidente PT/MG)
Nelson Vicente Portela Pellegrino (Presidente PT/BA)
Arlete Sampaio (DN)
Edmilson Menezes (DN)
Gilson Lyrio (CDN)
Bruno Maranhão (CDN)
Serys Shlessarenko (CDN)

É hora de pisar no barro

Contra a lama do governo Collor, o PT vai à luta em cada bairro, cada distrito, cada vila, fazendo da campanha eleitoral um espaço de denúncia da corrupção e dos desmandos dos caciques e coronéis. Para o coordenador geral do Grupo de Trabalho Eleições Nacional, Francisco Rocha, é nos grotões e nas favelas que vai se decidir a disputa 92. "As capitais, os grandes centros e as populações mais esclarecidas são mais abertas a nossas propostas. O desafio é conquistar o eleitorado dos pequenos municípios e as faixas com menos acesso à informação". Para Rocha, a solução é "pisar no barro", subir o morro e começar a pavimentar o caminho para 94.

Entrevista concedida a Cíntia Campos e Marisa Lourenço

Boletim Nacional - O Collorgate deve estimular os votos nulos, em branco e as abstenções. Como o PT pode enfrentar isso e trabalhar o modo petista de governar como arma de campanha, numa conjuntura em que a maioria das pessoas não quer nem ouvir discursos de políticos?

Rocha - Com a CPI do caso Collor/PC Farias, a conjuntura política aponta nessa direção. Mas temos que bater pesado na corrupção. A candidatura de Suplicy em São Paulo, por exemplo, vai ter que jogar peso na denúncia de Maluf e de Collor de Mello. E o mesmo deve ocorrer em outras cidades. Mas minha preocupação maior é a dificuldade que o PT tem em atingir os pequenos municípios, onde só chega a Rede Globo que não tem informando corretamente sobre o que está acontecendo na política brasileira. Ainda não temos, no Partido, veículos de comunicação que vão além do âmbito dos diretórios, da militância e dos ativistas. Será que os favelados de São Paulo, os alagados de Recife, de Salvador, será que essa população, com os problemas que enfrenta no dia a dia, tem condição de fato de entender os desmandos do governo Collor, de compreender o que é a CPI de PC Farias? Será que eles sabem o que é uma CPI, o que é um impeachment?

BN- A ética é que está em pauta. Será que isso não reduz nosso espaço para falar de nossa competência administrativa?

Rocha- Talvez, mas podemos falar de seriedade administrativa. Temos que mostrar o quanto fomos capazes de realizar nas nossas prefeituras quase sem recursos, comparando com o governo Collor, por exemplo. Nossos candidatos, sejam eles majoritários ou proporcionais, têm perfeitas condições de comparar nossas 24 prefeituras com as administrações do PDS, PFL, PRN, PMDB e suas experiências, fazendo programas-- para o horário eleitoral gratuito-- usando esses exemplos, em linguagem compreensível pelas populações das pequenas e médias cidades.

BN- Uma dificuldade tradicional do PT é conseguir garantir o horário gratuito no rádio, nas pequenas cidades. Como vai ser esse ano?

Rocha- O GTE está fazendo um grande esforço para conseguir apoio na área jurídica, a nível dos estados e até da direção nacional, para que, em cada município onde haja uma emissora de rádio, o PT possa por sua propaganda no ar. Nossa militância tem que ser capaz

de defender esse direito assegurado por lei. E entrar em contato com o GTE estadual sempre que houver problema. O rádio é um veículo fundamental para nós no interior do Brasil.

BN- Já dá pra ter uma idéia da nossa cara no horário gratuito? A Rede Povo está de volta?

Rocha- O governo Collor, a corrupção, os desmandos, o desvio do dinheiro público tudo isso tem que ser denunciado com muita clareza. Não podemos deixar que os adversários se apeguem a pequenas falhas cometidas pelo PT numa administração sem darmos o troco à altura. Não podemos admitir que Maluf, em São Paulo, utilize, por exemplo, as multas de trânsito que a prefeitura está aplicando nos infratores do trânsito em sua propaganda eleitoral, sem mostrar os desmandos que aconteceram durante o governo Maluf. (veja o Você sabia na pág 2).

Para o eleitorado tão decepcionado, é fundamental mostrarmos que somos diferentes. Introduzimos mudanças na questão da cidadania, promovendo a participação popular (que ainda é uma coisa limitada mas que antes não acontecia) e na inversão de prioridades -- neste ponto acho que o PT ainda tem que inovar mais, não só em relação a saúde, habitação e transportes mas também na questão do abastecimento, eliminando de uma vez por todas o atravessador.

Em suma, acredito que, tanto nas capitais quanto nos grandes centros o PT não deve ficar só na crítica, mas deve apresentar as coisas boas que fizemos.

BN- Em 90, a tática eleitoral definida pelo Diretório Nacional fez água em muitos lugares. Como estão as

coisas esse ano?

Rocha- A tática eleitoral se concretizou. Não sei se ela alcançou o que foi definido no I Congresso. Minha avaliação, o PT avançou muito nessa tarefa de fazer alianças. Conseguimos alargar as relações com as demais forças políticas, e, principalmente, conseguimos apontar para a população que estamos, de fato, abertos para ouvir, aceitar críticas e sugestões. O PT avançou bastante em relação a 90, quando tivemos uma lição. Foi uma grande experiência.

BN- Você diria que a campanha já começou?

Rocha - Eu diria que já foram dados os primeiros pontos. Estamos a 45 dias das eleições e, pela crise e pela recessão, não só o PT como as demais forças políticas estão esperando o momento propício para por a campanha nas ruas.

O PT está aquecendo, trabalhando sua estrutura internamente e se preparando para por o bloco na rua pra valer.

BN- O escândalo PC pode inibir os gastos faraônicos nas campanhas?

Rocha - Essa não é uma preocupação do PT, pois nós nunca fizemos campanha, em nenhum lugar do Brasil, com somas vultosas. Mas os adversários dificilmente vão se contentar em fazer campanha dentro dessa linha. Primeiro porque eles não têm vínculo com a sociedade e a melhor maneira que eles têm de atingir o povo é distribuir brindes, camisetinhas, dinheiro, empregos. O fisiologismo pode ir alto, no campo da direita, nestas eleições. Dificilmente um Maluf (SP), um Antonio Carlos Magalhães (BA), um Joaquim Francisco (PE), um Iris Rezende (GO) vão deixar de fazer o derrame de dinheiro. Nenhum deles quer perder uma base de sustentação política municipal, e eles não conhecem outra forma que não seja fazer derrame de dinheiro. Cabe a nós estar altamente vigilantes. Não é apenas uma questão de entregá-los à justiça eleitoral, mas, sobretudo, de mostrar à população que a discussão da ética na política, para eles, significa coisa nenhuma.

BN- Se Collor sair impune da CPI a descrença da população vai ser enorme. Como ficam as urnas?

Rocha - Mesmo com Collor sofrendo o processo de impeachment, nosso trabalho é mostrar que somos diferentes. Se fomos capazes de convencer a população de que, estando nas prefeituras e nas câmaras de vereadores, promoveremos condições de dignidade em relação as questões que são prioritárias, que tocam fundo na vida delas, acho que

A campanha nas capitais

elas farão a opção pelo PT, ou pelos candidatos das frentes de esquerda. Os meios de comunicação querem vender a idéia de que todos os políticos são iguais, que chegando lá só pensam no seu bolso. Mas nossos vereadores também têm uma atuação diferenciada, seja apresentando projetos que acabam com certos privilégios do poder legislativo municipal, seja buscando a participação popular.

BN- Não corremos o risco de assistir o mesmo ping-pong de outras campanhas -- eles atacam nossas administrações, nós devolvemos apontando os desmandos e a corrupção?

Rocha - Tanto nos centros urbanos como nas pequenas cidades, ou o PT faz um trabalho de corpo a corpo nas portas de escolas, nos ônibus, nas rodoviárias, nas ruas, ou não conseguiremos passar nossa mensagem. Se entrarmos no ping-pong, seremos iguados a eles. O PT tem que procurar atingir as classes mais pobres. Temos que trabalhar por aí. Temos que entrar nas áreas onde a população é mais sensível ao apelo "minha gente, não me deixem só". Essas áreas são as áreas de favela, periferia, são os alagados. Acho que nossa militância, nossos candidatos tem que pisar no barro, não tem outra saída.

O início do horário gratuito de propaganda eleitoral no rádio e na TV -- segunda-feira, 17 de agosto -- deu a largada para chamada "fase quente" da campanha 92. Na véspera, as multidões vestidas de preto tomaram as ruas das principais capitais, em ritmo de "Fora Collor". Transporte, educação, saúde, abastecimento, temas antes inevitáveis numa disputa municipal, perdem a força diante da discussão dos temas nacionais.

"A conjuntura é muito favorável para nós", aposta José Luiz Fevereiro, membro da coordenação de campanha de Benedita da Silva, candidata à prefeitura do Rio de Janeiro pela coligação PT, PSB, PC e PPS. Com a popularidade do governador Leonel Brizola em queda -- além do apoio a Collor, faz um governo sem realizações -- o PT carioca já tem campanha nas ruas nas áreas onde tradicionalmente o partido tem presença. "Nosso desafio em 92 é entrar nas áreas brizolistas e o perfil de Bené nos favorece nessa tarefa", diz Fevereiro.

Em Recife, o candidato é Humberto Costa, à frente de uma coligação que reúne PT, PPS, PV e conta com o apoio do ex-governador Carlos Wilson, atualmente sem partido. "A pauta da eleição é a ética na política, o que nos favorece muito", afirma Jarbas Barbosa, coordenador da campanha. "Além disso, Recife quer renovação. Os outros candidatos representam forças políticas que estão

em cena há mais de 30 anos, o que conta muitos pontos para a candidatura de Humberto.

Unidade

Esta é a primeira experiência de frente eleitoral mais ampla para o PT de Recife. "Aqui houve um duplo movimento. O PT foi esteve mais hábil e mais disposto a construir essa frente e o campo das esquerdas compreendeu a necessidade de formarmos um novo pólo, independente das forças tradicionais", diz Jarbas. Em Belo Horizonte, onde o candidato petista Patrus Ananias também é apoiado por uma ampla coligação -- PT, PC do B, PC, PV e PSB -- o clima de unidade pode ser considerado um dos principais triunfos da campanha, na avaliação de Luiz Dulci, coordenador do comitê eleitoral.

"Nosso desafio é levar a campanha aos eleitores com menor índice de escolaridade, pois é entre eles que o nosso desempenho nas pesquisas é ruim", diz Dulci. Segundo a última pesquisa DataFolha, Patrus é o preferido do eleitorado com mais nível de instrução. "Em alguns setores, ainda não conseguimos dar visibilidade à candidatura, o que deve mudar com o corpo a corpo e início da propaganda de rádio e TV".

Baixaria

Em Porto Alegre, o petista Tarso Genro segue absoluto na liderança das pesqui-

sas, com 45% das intenções de voto, segundo o DataFolha, contra 10% do segundo colocado. Essa posição assanha os adversários rumo ao baixo nível de campanha. "A gente está preparada, está começando a baixaria", lamenta Fria Charão, presidente do Conselho Deliberativo Municipal do PT. A última investida foi a criação de uma CPI da Câmara Municipal para investigar "irregularidades" na gestão do prefeito Olívio Dutra, por iniciativa do PDT. "Fora o vandalismo contra as nossas pichações e a divulgações de panfletos e cartazes anônimos".

Os coordenadores de campanha concordam que a maior dificuldade das campanhas petistas é na área de finanças. "Já é uma tradição fazer campanha sem dinheiro", admite o pernambucano Jarbas. À falta de recursos soma-se à má vontade da imprensa. Em Belo Horizonte, segundo Luiz Dulci, os jornais e rádios são adversários ferozes. Para enfrentar a guerra da comunicação, os mineiros estão produzindo um jornal de campanha quinzenal, com tiragem de 50 mil exemplares. Em Recife, a opção foi a "TV alternativa": com um telão de alta definição e uma câmera, a campanha percorrerá os bairros produzindo um documentário ao vivo, com depoimentos dos moradores, queixas e críticas. "Nessa área temos que ser especialmente criativos, pois a falta de recursos é dramática", diz Jarbas.

CANDIDATOS E COLIGAÇÕES

Município	Prefeito Atual/Partido	Candidato/Partido	Coligação
Aracaju	Wellington Paixão/PSDB	Ismael S. Santos/PT	PT,PV,PSB,PCdoB
Belém	Manoel Rezende/PTB	José Carlos Lima/PT	não coliga
Belo Horizonte	Eduarado Azeredo/PSDB	Patrus Ananias/PT	PT,PCdoB,PV,PC,PSB
Boa Vista	Barac Bento/PFL	Clidenor Andrade/PT	PT,PCdoB,PSB,PPS, PV
Campo Grande	Ludio Coelho/PTB	José Orcílio (Zeca)/PT	PT,PPS,PSB,PCdoB
Cuiabá	Frederico Campos/PFL	Gilney Amorim Viana/PT	PT,PPS, PSB, PCdoB,PV
Curitiba	Jaime Lerner/PDT	Florisvaldo Fier/PT	PSB,PCdoB, PV, PPS, PT
Florianópolis	Bulcão Viana/PFL	Sergio Grando/PPS	PPS,PT,PC,PSB,PV,MSR,PSDB,PDT
Fortaleza	Juraci Magalhães/PMDB	Fernando Branquinho/PT	PT,PC
Goiânia	Nion Albernaz/PSDB	Darci Accorsi/PT	PT,PSDB,PCdoB,PSB,PMN
João Pessoa	Carlos Mangueira/PDS	Chico Lopes/PT	PCdoB,PT,PSB
Macapá	João Capibaribe/PSB	Geraldo Rocha/PSB	PSB,PT,PDT
Maceió	Pedro Vieira/PSC	Ronaldo Lessa/PSB	PT,PSB,PMN
Manaus	Arthur Virgílio/PSDB	Bete Azize/PDT	PDT,PT,PSB,PCdoB,PPS,PMN,PST
Natal	Vilma Maia/PDT	Manoel Junior Souto/PT	não coliga
Palmas	Fenelon Sales/PFL	Eudoro Pedrosa/PMDB	PT,PSDB,PMDB,PDT
Porto Alegre	Olívio Dutra/PT	Tarso Genro/PT	PPS,PT,PSB,PC,PV
Porto Velho	Francisco Erse/PTB	José Guedes/PSDB	PSDB,PT
Recife	Gilberto Marques/PFL	Humberto Costa/PT	PT,PPS,PV
Rio Branco	Jorge Kalume/PDS	Jorge Viana/PT	PT,PSDB,PDT,PPS,PV,PCdoB
Rio de Janeiro	Marcelo Alencar/PDT	Benedita da Silva/PT	PT,PSB,PPS
Salvador	Fernando Rocha/PMDB	Lídice da Mata/PSDB	PT,PSDB,PSB,PCdoB,PDT,PV,PPS,PMN
São Luis	Jackson Lago/PDT	Haroldo Sabóia/PSB	PT,PPS,PCdoB
São Paulo	Luiza Erundina/PT	Eduardo Suplicy/PT	PT,PSB,PC,PCdoB
Teresina	Heráclito Fortes/PMDB	Antonio José Medeiros/PT	não coliga
Vitória	Vitor Buaiz/PT	João Carlos Coser/PT	PT,PSB,PCdoB, PDT

Políticas Públicas para a Juventude

Nos dias 8 e 9 de agosto foi realizado o Seminário de Políticas Públicas das Prefeituras para a Juventude, promovido conjuntamente pela SNJ-PT e SEJ-SP. Foi feito um balanço das ações das administrações petistas nesta área e aprovada a necessidade de nossas prefeituras elaborarem, de modo globalizante, políticas públicas para a juventude e constituírem organismos para debater e encaminhar a questão.

O Seminário foi aberto com exposições dos companheiros Ademir e Osvaldo Ali Junior, respectivamente da Secretaria do Bem-estar Social da prefeitura de São Paulo e da Secretaria de Abastecimento de Santos, que relataram, em nome pessoal, as experiências destas administrações e particularmente de suas secretarias, em ações voltadas para a criança e o adolescente.

Tanto nestes relatos como em contatos anteriormente feitos com membros de outras administrações ficou contatado que, como regra geral, as prefeituras administradas pelo PT não elaboraram de modo global uma Política para a Juventude. O que temos são ações desenvolvidas por diversas secretarias, departamentos ou outros setores administrativos voltados para "atividades fins" como educação, saúde, cultura, ação social ou esportes, onde a juventude é um dos setores atendidos. Mesmo assim, diante de limitações objetivas e materiais, mesmo estas ações não são universais e buscam priorizar as parcelas mais carentes da população por serem aquelas que mais demandam do setor público. Assim, o que podemos perceber é que as atividades das nossas prefeituras para a juventude acabam sendo fragmentadas e imediatistas, atendendo àqueles que "batem à porta".

Por outro lado, observamos que, mesmo nos casos em que se abriram espaços para a participação, este ainda é limitado em decorrência das limitações do próprio movimento.

Pelas exposições e outras informações anteriormente colhidas, predomina em nossas administrações uma concepção de que não é necessário (nem correto) a elaboração de políticas globais para a juventude. Mais grave: isto não é discutido de modo organizado e conjunto, nem mesmo dentro de cada administração, onde no máximo dois ou mais órgãos discutem pontualmente algumas ações que os interessam mutuamente.

Na discussão em grupos e plenário, foi feita uma avaliação bastante crítica

da situação, sendo consensual a necessidade de uma alteração profunda na concepção política e atitude prática das administrações em relação à juventude.

Elaborar políticas públicas para a Juventude

Mesmo sabendo que este não é um problema circunscrito às administrações, pois o trabalho junto à juventude é subestimado no conjunto do partido, é necessário enfrentarmos esta dimensão da questão dentro de um esforço mais geral da juventude petista para que o partido e seus quadros nos executivos, parlamentos ou movimentos sociais alterem a prática hoje predominante.

Assim, foi consensual, em primeiro lugar, a necessidade do Partido **Elaborar Políticas Públicas para a Juventude**, no sentido de que as ações das prefeituras, hoje desenvolvidas de modo fragmentado, se façam de maneira integrada, coordenada e dentro de uma concepção geral, não significando isto a pretensão de que todas as ações voltadas para a juventude venham se concentrar num único órgão. Esta não é uma questão que possa ser resolvida imediatamente e muito menos antes das próximas eleições municipais. Será necessário um maior debate, mais aprofundado e em nível nacional.

Porém, para dar um passo à frente, foi ainda consensual a **necessidade de serem constituídas estruturas ou espaços nas administrações** que enfrentem este desafio. Estes fóruns, para discutir e elaborar políticas públicas para a juventude, assim como coordenar ações, devem ter, por um lado, a presença de representantes dos diversos órgãos de cada prefeitura (como saúde, educação, esporte, cultura, ação ou assistência social etc) e, por outro lado, garantir a participação popular com maior ou menor grau de poder deliberativo ou consultivo, a partir de cada realidade, podendo, em decorrência das experiências e debates, virem a ser constituídos outros organismos nestas administrações.

Portanto, enquanto ainda não temos uma proposta nacional de políticas públicas para a juventude, a nossa luta é para que ela seja elaborada e para que, a partir do próximo ano, sejam criados estes espaços nas futuras administrações petistas. Entretanto, para que isto se viabilize, é imprescindível que o Partido também discuta a questão, a começar pelos coletivos municipais e núcleos que devem ser o principal sustentáculo deste debate no partido e instrumento

para reivindicar uma nova prática das prefeituras.

Consolidar a organização da juventude petista

O Seminário discutiu ainda outros pontos que não foram aprofundados, sendo encaminhados como roteiro de sugestões para debate em cada comitê municipal de juventude, como cultura, lazer, esporte, participação popular, mercado de trabalho, marginalidade, movimentos sociais, cidadania, democratização dos meios de comunicação, saúde, educação, realização de Bienais da Juventude e criação de museus da juventude e centros de vivência.

Durante o Seminário foi lembrada ainda a importância de se dar continuidade à campanha "Juventude, cidadania, liberdade e vida", com os temas de Educação, 1º Emprego, Meio Ambiente e Direitos da Criança e Adolescente, que devem fazer parte dos programas eleitorais municipais e divulgados em impressos, faixas, no rádio e TV, e nas manifestações públicas onde a juventude do PT deve procurar aparecer com cara própria.

Finalmente, para darmos conse-

quência orgânica a este trabalho de campanha eleitoral e debate político-programático, devemos continuar procurando formar os comitês eleitorais de juventude, junto a candidaturas majoritárias e proporcionais e começar a discutir a necessidade de, após as eleições, transformá-los em núcleos e coletivos municipais para dar continuidade ao trabalho de juventude e reforçar a construção do partido como um todo.

Participaram do Seminário 37 companheiros de quatro estados (RJ, MG, GO e SP), sendo que São Paulo contou com a presença de representantes de 12 municípios (São José dos Campos, Itanhaem, Ribeirão Preto, Carapicuíba, Santos, Santo André, S. Caetano Osasco, S. Vicente, Mauá, S. José do Rio Preto e São Paulo). Estiveram presentes ainda quatro membros do coletivo nacional da SNJ (Jorge Almeida, Atílio Pereira, Valmir Santos e Luis Antonio Papa), o Secretário de Juventude Estadual de São Paulo (Alexandre Padilha) e o coordenador do GTE-SP (Jucelino Dourado).

Jorge Almeida

Secretário Nacional de Juventude

Presente de brasileiro



A juventude quebrou o gelo, fazendo a primeira grande manifestação contra a corrupção e em favor do impeachment do presidente Collor, no dia 11 de agosto, em São Paulo. Comemorando o dia nacional do estudante e também o aniversário de Collor, quinze mil estudantes, principalmente secundaristas, fizeram uma passeata, que foi da avenida Paulista até o Largo São Francisco, gritando palavras de ordem como: "Sou estudante, eu sou, derrubar Collor eu vou..."; "Ah, ah, uh, uh, queremos Collor no Carandiru"; Rosane que coisa feia, vai com Collor pra cadeia". Foi o melhor presente

que encontraram para um presidente que, apesar das acusações de corrupção, nega-se a renunciar.

Novas manifestações ocorreram no domingo, dia 17, em Brasília, no Rio, em Belo Horizonte e em São Paulo (no dia anterior ao fechamento desta edição). Em resposta ao apelo de Collor, para que os brasileiros que o apoiam vestissem verde e amarelo no domingo, milhares de pessoas vestiram-se de preto e carregaram faixas de Fora Collor. Agora, a luta pela aprovação do impeachment dependerá muito da mobilização popular. Vamos às ruas!

Proposta de novo estatuto do PT

Proposta da Comissão do Diretório Nacional, formada por Augusto de Fianco, José Luiz Fervereira, Perseu Abramo, Francisco Rocha e Joaquim Soriano

Esta proposta ainda não foi apreciada por nenhuma instância partidária.

TÍTULO I - DURAÇÃO, SEDE E FORO

Art.1º - O Partido dos Trabalhadores - PT, é organizado nos termos da legislação em vigor e tem duração por prazo indeterminado.

Art.2º - O PT tem sede central, foro e domicílio na capital do Estado de São Paulo.

§ 1º - O PT é representado em Juízo e fora dele pelo Presidente Nacional do Partido.

§ 2º - Nos Estados da federação, em questões de interesse regional, a representação do PT é exercida pelo Presidente Estadual do Partido.

§ 3º - Nos Municípios, em questões de interesse local, a representação do PT é exercida pelo Presidente Municipal do Partido.

TÍTULO II - OBJETIVOS E ATUAÇÃO

Art.3º - O Partido dos Trabalhadores atuará em âmbito nacional com estrita observância deste Estatuto e de seus Manifesto, Programa demais documentos aprovados na Convenção de 1981 e em seus Encontros Nacionais e Congressos onde estão expressos seus objetivos.

Art.4º - O PT, fundado oficialmente em 10 de fevereiro de 1980, reconhece, até a data da aprovação deste Estatuto, a realização de oito Encontros Nacionais e um Congresso, bem como da Convenção de setembro de 1981, como instâncias máximas de deliberação do Partido.



TÍTULO III - ORGANISMOS DE DELIBERAÇÃO, DIREÇÃO E COORDENAÇÃO

Art.5º - Em nível zonal, municipal, micro-regional, estadual, macro-regional e nacional instalam-se os organismos de deliberação, direção e coordenação do PT, a saber:

I - De deliberação e direção: Conselho Deliberativo Municipal, Conselho Deliberativo Estadual e Conselho Deliberativo

Nacional;

II - De deliberação: Encontros de Núcleo, Encontros Zonais, Encontros Municipais, Encontros Micro-regionais, Encontros Estaduais, Encontros Macro-regionais, Encontros Setoriais de Base, Encontros Setoriais Nacionais, Encontro Nacional Extraordinário, Congresso, Plebiscitos e Referendos;

III - De direção e coordenação: Comissão Dirigente Municipal, Comissão Dirigente Estadual e Comissão Dirigente Nacional;

IV - De coordenação: Coordenação de Núcleo, Coordenação Zonal, Coordenação Micro-regional, Coordenação Setorial de Base, Coordenação Macro-regional, Coordenação Setorial Nacional.

Art.6º - Núcleos. São considerados Núcleos quaisquer agrupamentos de pelo menos nove (9) petistas, sejam organizados por local de moradia, trabalho, movimento social, categoria, local de estudo, temas, áreas de interesse, atividades afins tais como grupos temáticos, clubes de discussão, círculos de estudo e outras.

§ 1º - Os Núcleos são abertos à participação de pessoas não filiadas ao PT, mas só podem se fazer representar nos organismos de direção, deliberação e coordenação do Partido através de filiados do PT.

§ 2º - Os nucleados não filiados têm direito a voz e voto nos Encontros de Núcleo desde que participem do Núcleo há pelo menos 6 (seis) meses e que nesse período o Núcleo tenha mantido atividades regulares.

§ 3º - Os Núcleos organizam-se em âmbito municipal, estadual e nacional.

§ 4º - Os Núcleos nacionais poderão integrar filiados ao PT que eventualmente estejam habitando outro País ou não brasileiros, que pleiteiem e sejam aceitos pelo Núcleo na condição de nucleados.

§ 5º - Os Encontros de Núcleo elegem delegados aos Encontros Municipais, Estaduais, Nacional Extraordinário e Congresso de acordo com os seguintes critérios e normas:

a) Núcleos de âmbito municipal segundo a tabela A1

b) Núcleos de âmbito estadual segundo a tabela B1

c) Núcleos de âmbito nacional segundo a tabela C1

§ 6º - Os Encontros de Núcleo elegem respectivamente membros para a composição dos Conselhos Deliberativos Municipais, Estaduais e Nacional segundo as tabelas A2, B2 e C2.

Art.7º - Encontros Zonais. Os Encontros Zonais constituem a instância deliberativa máxima no nível zonal, sendo compostos por todos os filiados do Partido no seu âmbito.

§ 1º - Os Encontros Zonais elegem delegados ao Encontro Municipal, Estadual, Nacional Extraordinário e Congresso de acordo com a tabela D1.

§ 2º - Os Encontros Zonais elegem membros para a composição do Conselho Deliberativo Municipal de acordo com a

tabela D2.

Art.8º - Coordenações Zonais. As Coordenações Zonais são organismos de coordenação no nível zonal, eleitas nos Encontros Zonais segundo a tabela D2.

Art.9º - Encontros Municipais. Os Encontros Municipais constituem a instância deliberativa máxima no nível municipal e serão classificados para efeito do presente Estatuto em três (3) categorias, de acordo com o número de eleitores, segundo os critérios abaixo:

a) Categoria "A": Municípios com até 50.000 eleitores;

b) Categoria "B": Municípios com até 200.000 eleitores;

c) Categoria "C": Municípios com mais de 200.000 eleitores.

§ 1º - A critério das respectivas Comissões Dirigentes Estaduais, considerando número de filiados ou extensão geográfica, os municípios podem ser enquadrados em uma categoria distinta da definida pelo número de eleitores.

§ 2º - Os Encontros Municipais, de acordo com a sua categoria, serão compostos segundo as tabelas F, G e H.

§ 3º - Os Encontros Municipais, de acordo com a sua categoria, elegem delegados aos Encontros Estadual, Nacional Extraordinário e Congresso, segundo as tabelas F1, G1 e H1.

§ 4º - Os Encontros Municipais, de acordo com a sua categoria, elegem membros para a composição dos respectivos Conselhos Deliberativos Municipais, segundo as tabelas F2, G2 e H2.

§ 5º - Os Encontros Municipais de Capitais são equivalentes às Microrregiões.

Art.10º - Conselhos Deliberativos Municipais. Os Conselhos Deliberativos Municipais são compostos, de acordo com a categoria do Município, conforme o Art.9º, segundo a tabela I.

Art.11 - Comissões Dirigentes Municipais

Existe polêmica entre as duas alternativas

ALTERNATIVA 1:

Art. 11/1 - As Comissões Dirigentes Municipais serão eleitas pelos Encontros Municipais, logo após a eleição dos Conselhos Deliberativos Municipais, dentre os seus membros, segundo as tabelas F2, G2 e H2.

§ Único - Os Conselhos Deliberativos Municipais podem alterar a constituição e substituir membros das respectivas Comissões Dirigentes Municipais.

ALTERNATIVA 2:

Art 11/2 - A Comissão Dirigente é eleita pelo Conselho Deliberativo do nível respectivo, com exceção do cargo de presidente, que é eleito diretamente pelo Encontro ou Congresso.

§ Único - O Conselho Deliberativo pode, a qualquer momento, alterar a composição da Comissão Dirigente, excetuado o cargo de presidente.

Art 12/2 - A Comissão Dirigente Municipal é constituída por "x" membros, integrantes do Conselho Deliberativo Municipal.

§ 1º - O número de membros da Comissão Dirigente Municipal não pode ser menor do que 5 (cinco) nem maior do que 20% do número de membros do Conselho Deliberativo Municipal.

§ 2º - No mínimo 30% (trinta por cento) das vagas da Comissão Dirigente Municipal serão ocupadas por mulheres.

§ 3º - A escolha dos integrantes da Comissão Dirigente Municipal pode ser feita por chapas, completas ou não, e por candidaturas avulsas, sendo que estas não podem ultrapassar 20% do total de vagas.

§ 4º - Quando houver mais de uma chapa, vigorará o princípio da proporcionalidade direta na escolha final dos integrantes da Comissão.

Art 13/2 - A Comissão Dirigente Municipal dirige o Partido no âmbito do Município, com base nas resoluções do Encontro Municipal, do Conselho Deliberativo Municipal, e dos organismos e instâncias de nível superior (Estadual e Nacional).

§ 1º - A Comissão Dirigente Municipal funcionará como órgão coletivo permanente de direção, delegando poderes e responsabilidades a seus integrantes, elaborando planos de ação e de trabalho, acompanhando o desempenho de atribuições e funções e a execução de tarefas dos dirigentes, bem como de organismos de nível local.

§ 2º - A Comissão Dirigente Municipal adotará providências para sua organização interna, elaborará seu Plano Anual de Trabalho e fixará anualmente o calendário de reuniões e outros eventos.

§ 3º - Os integrantes da Comissão Dirigente Municipal terão responsabilidades e funções atribuídas pelo Estatuto, pelo Plano de Trabalho e por delegação coletiva do organismo.

§ 4º - Nenhum membro da Comissão Dirigente Municipal pode acumular funções permanentes dentro do próprio organismo ou com Comissão Dirigente de outro nível, nem com o exercício de mandato executivo ou legislativo, exceção feita aos líderes e representantes de Bancada.

Art 14/2 - A Comissão Dirigente Estadual é constituída por "x" membros, integrantes do Conselho Deliberativo Municipal.

§ 1º - O número de membros da Comissão Dirigente Estadual não pode ser menor do que 10 (dez) nem maior do que 20% do número de membros do Conselho Deliberativo Estadual.

§ 2º - No mínimo 30% (trinta por cento) das vagas da Comissão Dirigente Estadual serão ocupadas por mulheres.

§ 3º - A escolha dos integrantes da Comissão Dirigente Estadual pode ser feita por chapas, completas ou não, e por candida-

turas avulsas, sendo que estas não podem ultrapassar 30% do total de vagas.

§4º - Quando houver mais de uma chapa, vigorará o princípio da proporcionalidade direta na escolha final dos integrantes da Comissão.

Art 15/2 - A Comissão Dirigente Estadual dirige o Partido no âmbito do Estado, com base nas resoluções do Encontro Estadual, do Conselho Deliberativo Estadual e dos organismos e instâncias de nível nacional.

§1º - A Comissão Dirigente Estadual funcionará como órgão coletivo permanente de direção, delegando poderes e responsabilidades a seus integrantes, elaborando planos de ação e de trabalho, acompanhando o desempenho de atribuições e funções e a execução de tarefas dos dirigentes, bem como de organismos de nível municipal.

§2º - A Comissão Dirigente Estadual adotará providências para sua organização interna, elaborará seu Plano Anual de Trabalho e anualmente fixará o calendário de reuniões e outros eventos.

§3º - Os integrantes da Comissão Dirigente Estadual terão responsabilidades e funções atribuídas pelo Estatuto, pelo Plano de Trabalho e por delegação coletiva do organismo.

§4º - Nenhum membro da Comissão Dirigente Estadual pode acumular funções permanentes dentro do próprio organismo ou com Comissão Dirigente de outro nível, nem com o exercício de mandato executivo ou legislativo, exceção feita aos líderes e representantes de Bancada.

Art 16/2 - A Comissão Dirigente Nacional é constituída por "x" membros, integrantes do Conselho Deliberativo Nacional.

§1º - O número de membros da Comissão Dirigente Nacional não pode ser menor do que 30 (trinta) nem maior do que 20% do número de membros do Conselho Deliberativo Nacional.

§2º - No mínimo 30% (trinta por cento) das vagas da Comissão Dirigente Nacional serão ocupadas por mulheres.

§3º - A escolha dos integrantes da Comissão Dirigente Nacional pode ser feita por chapas, completas ou não, e por candidaturas avulsas, sendo que estas não podem ultrapassar 30% do total de vagas.

§4º - Quando houver mais de uma chapa, vigorará o princípio da proporcionalidade direta na escolha final dos integrantes da Comissão.

Art 17/2 - A Comissão Dirigente Nacional dirige o Partido no âmbito do País, com base nas resoluções do Congresso, no Encontro Nacional e do Conselho Deliberativo Nacional.

§1º - A Comissão Dirigente Nacional funcionará como órgão coletivo permanente de direção, delegando poderes e responsabilidades a seus integrantes, elaborando planos de Ação e de Trabalho, acompanhando o desempenho de atribuições e funções e a execução de tarefas dos dirigentes, bem como de organismos de nível estadual e municipal.

§2º - A Comissão Dirigente Nacional adotará providências para sua organização interna, elaborará seu Plano Anual de Trabalho e fixará anualmente o calendário de reuniões e outros eventos.

§3 - Os integrantes da Comissão Dirigente Nacional terão responsabilidades e funções atribuídas pelo Estatuto, pelo Plano de traba-

lho e por delegação coletiva do organismo.

§4 - Nenhum membro da Comissão Dirigente Nacional pode acumular funções permanentes dentro do próprio organismo ou com Comissão Dirigente de outro nível, nem com o exercício de mandato executivo ou legislativo, exceção feita aos líderes e representantes de Bancada.

Art 18/2 - A Comissão Dirigente submeterá relatório circunstanciado de sua gestão à votação do Encontro de renovação do mandato.

FIM DA ALTERNATIVA 2

Art 12 - Encontros Micro-Regionais. Os Encontros Micro-Regionais são compostos segundo a tabela L.

§ Único - Os Encontros Micro-Regionais elegem membros para a composição dos Conselhos Deliberativos Estaduais segundo a Tabela L2.

Art 13 - Coordenações Micro-Regionais. As Coordenações Micro-regionais são eleitas nos Encontros Micro-regionais, segundo a tabela L2.

Art 14 - Encontros Estaduais. Os Encontros Estaduais constituem a instância deliberativa máxima no nível estadual, sendo compostos segundo a tabela N.

§1º - Os Encontros Estaduais elegem delegados ao Encontro Nacional Extraordinário e ao Congresso, segundo a tabela N1.

§2º - Os Encontros Estaduais elegem membros para a composição do Conselho Deliberativo Nacional, segundo a tabela N2.

Art 15 - Conselhos Deliberativos Estaduais. Os Conselhos Deliberativos Estaduais são compostos segundo a tabela O.

Art 16 - Comissões Dirigentes Estaduais.

Mesma polêmica do Artigo 11. Mutatis mutandis as mesmas alternativas.

Art 17 - Encontros Setoriais de Base. Os Encontros Setoriais de Base são abertos à participação de todos os filiados que desejam participar do respectivo setor de atividade partidária.

§1º - A definição da base territorial para cada setor de atuação partidária é estabelecida, dentro de cada Estado, pelo Conselho Deliberativo Estadual.

§2º - O Conselho Deliberativo Estadual procurará definir a base territorial de cada setor de atuação partidária tomando como referência a divisão territorial estabelecida para a definição de Municípios, Zonas e Microrregiões.

§3º - Somente o Conselho Deliberativo Nacional poderá instituir e alterar a composição dos setores de atuação partidária reconhecidos como nacionais.

§4º - A critério dos Conselhos Deliberativos Estaduais e de acordo com especificidades locais poderão ser criadas, no âmbito do estado, outros setores.

§5º - Os Encontros Setoriais de Base elegem delegados aos Encontros Estaduais, Nacional Extraordinário e Congresso, segundo a tabela Q1.

§6º - Os Encontros Setoriais de Base elegem membros para a composição dos Conselhos Deliberativos Estaduais, segundo a tabela Q2.

Art 18 - Coordenações Setoriais de Base. As Coordenações Setoriais de Base são eleitas nos Encontros Setoriais de Base segundo a tabela Q2.

Art 19 - Encontros Setoriais Nacionais. Os Encontros Setoriais Nacionais constituem a instância deliberativa máxima de cada setor, sendo compostos segundo a tabela S.

§1º - Os Encontros Setoriais Nacionais elegem delegados ao Encontro Nacional Extraordinário e ao Congresso segundo a tabela S1.

§2º - Os Encontros Setoriais Nacionais elegem membros para a composição do Conselho Deliberativo Nacional segundo a tabela S2.

Art 20 - Coordenações Setoriais Nacionais. As Coordenações Setoriais Nacionais são eleitas nos Encontros Setoriais Nacionais, segundo a tabela S2.

Art 21 - Encontro Nacional Extraordinário. O Encontro Nacional Extraordinário, instância deliberativa nacional do PT é composto, segundo a tabela U.

Art 22 - O Encontro Nacional Extraordinário é composto, segundo a tabela U

Art 23 - Congresso. O Congresso, instância deliberativa máxima do PT, é composto segundo a tabela V.

Art 24 - Conselho Deliberativo Nacional. O Conselho Deliberativo Nacional é composto de acordo com a tabela V2.

Art 25 - Comissão Dirigente Nacional.

Mesma polêmica do Artigo 11. Mutatis mutandis as mesmas alternativas.

TÍTULO IV - FORMAS DE CONSULTA A TODOS OS FILIADOS

Art 26 - Plebiscitos, Referendos, Prévias Eleitorais e Consultas. Plebiscitos, Referendos, Prévias Eleitorais e Consultas constituem formas de consulta a todos os filiados do PT.

§1º - Plebiscito é uma forma de consulta a todos os filiados, num determinado âmbito, para o Partido tomar posição ou definição sobre ação futura e terá sempre caráter vinculante, ou seja, o seu resultado terá caráter decisório.

§2º - Referendo é uma forma de consulta a todos os filiados, num determinado âmbito, para o Partido reavaliar posição ou definição sobre questão definida anteriormente e terá sempre caráter vinculante, ou seja, o seu resultado terá caráter decisório.

§3º - Prévia eleitoral é uma forma específica de plebiscito, obrigatória, num determinado âmbito, para a definição de candidatos a cargos majoritários e para a definição da posição do Partido em segundo turno de eleições majoritárias quando o PT não estiver diretamente na disputa.

§4º - Consultas a todos os filiados, num determinado âmbito, serão realizadas para o Partido tomar posição ou definição sobre ação futura ou para o Partido reavaliar posição ou definição sobre questão definida anteriormente e não terá caráter vinculante, ou seja, o seu resultado não terá caráter decisório.

Art 27 - Plebiscitos e Referendos serão convocados:

- I - No nível municipal:
- por 2/3 dos membros da Comissão Dirigente Municipal; ou,
 - por 30% dos núcleos do Município; ou,
 - por 5% dos filiados do Município.
- II - No nível estadual:
- por 4/5 dos membros da Comissão Dirigente Estadual; ou,

b) por 15% das Comissões Dirigentes Municipais; ou,

c) por 5% dos filiados no Estado.

III - No nível nacional:

a) por 4/5 dos membros da Comissão Dirigente Nacional; ou,

b) por 30% das Comissões Dirigentes Estaduais; ou,

c) por 10% das Comissões Dirigentes Municipais em pelo menos 10 estados; ou,

d) por 10% dos filiados distribuídos por pelo menos 15 Estados



Art 28 - Plebiscitos e Referendos serão validados:

a) no nível municipal, se houver comparecimento mínimo de 20% dos filiados;

b) no nível estadual, se houver comparecimento mínimo de 20% dos filiados em pelo menos 30% dos Municípios;

c) no nível nacional, se houver comparecimento mínimo de 30% dos filiados em pelo menos 50% dos Municípios.

Art 29 - Será considerado nulo o resultado da Prévia Eleitoral quando 50% mais um dos votos tiverem sido nulos.

Art 30 - No caso do disposto no Art 34, as decisões correspondentes cabem ao Encontro.

TÍTULO V - FUNCIONAMENTO INTERNO

Art 31 - A unidade partidária será garantida do ponto de vista de seu funcionamento pelos princípios, normas e procedimentos estabelecidos neste Estatuto.

Art 32 - O PT observará estritamente os princípios da eletividade e da direção colegiada para a escolha de delegações e composição de suas instâncias e organismos.

Art 33 - O PT observará estritamente o princípio da proporcionalidade para a composição final de delegações, instâncias e organismos em todas as eleições onde houver disputas por chapas.

Art 34 - Nenhum filiado poderá ocupar um mesmo cargo na mesma Comissão Dirigente por mais de dois mandatos consecutivos ou por mais de quatro mandatos consecutivos não importando o cargo ocupado.

Art 35 - Nenhum filiado poderá participar simultaneamente de duas Comissões Dirigentes.

Art 36 - As instâncias e os organismos territoriais de nível zonal subordinam-se às de nível municipal; estas últimas às de nível estadual, as quais, por sua vez, subordinam-

se às instâncias e organismos nacionais.

Art 37 - Dentro de cada nível as instâncias e organismos territoriais subordinam-se de acordo com a seguinte ordem:

1- No nível nacional a Comissão Dirigente subordina-se ao Conselho Deliberativo que subordina-se ao Congresso ou ao Encontro Nacional Extraordinário.

2- No nível estadual a Comissão Dirigente subordina-se ao Conselho Deliberativo que subordina-se ao Encontro Estadual.

3- No nível municipal a Coordenação Zonal subordina-se ao Encontro Zonal; a Comissão Dirigente Municipal subordina-se ao Conselho Deliberativo que subordina-se ao Encontro Municipal.

Art 38 - Dentro de cada nível as instâncias e organismos setoriais subordinam-se de acordo com a seguinte ordem:

1- A Coordenação Setorial Nacional subordina-se ao Encontro Setorial Nacional; a Coordenação Setorial de Base subordina-se ao Encontro Setorial de Base.

2- Os Encontros Setoriais de Base e as Coordenações Setoriais de Base estão subordinados, respectivamente, aos Conselhos Deliberativos e às Comissões Dirigentes do seu nível; os Encontros Setoriais Nacionais e as Coordenações Setoriais Nacionais estão subordinadas, respectivamente, ao Conselho Deliberativo Nacional e à Comissão Dirigente Nacional.

Art 39 - Os organismos superiores podem intervir nos organismos inferiores, de acordo com a ordem de subordinação e as demais normas contidas neste Estatuto.

Art 40 - As fiscalizações das normas e procedimentos relativos ao descumprimento deste Estatuto ou da Ética partidária será garantida pelas Comissões Dirigentes do Partido, a quem cabe deliberar sobre a aplicação das sanções cabíveis, ouvidas conforme o caso, as Comissões de Estatuto ou as Comissões de Ética, sendo assegurado a todo filiado amplo direito de defesa.

Art 41 - As representações referentes às questões de descumprimento deste Estatuto e de Ética não poderão ser aceitas pela Comissão Dirigente de um nível enquanto não forem esgotados os encaminhamentos da Comissão Dirigente e do Conselho Deliberativo do nível imediatamente inferior e de sua correspondente Comissão de Estatuto ou Comissão de Ética, conforme o caso.

Art 42 - Somente a representação por escrito e devidamente assinada por qualquer filiado do PT ensejará a apreciação de transgressões do Estatuto ou da Ética partidária.

§ Único - Qualquer organismo dirigente do Partido poderá tomar a iniciativa na apreciação de possíveis infrações do Estatuto ou da Ética partidária ocorridas em seu âmbito.

Art 43 - Todas as questões diretamente relacionadas com o cumprimento do direito de tendência serão avaliadas pela Comissão de Estatuto do nível onde a tendência obteve seu registro.

Art 44 - Em todos os casos é assegurado ao filiado petista o direito de recorrer de decisão de uma instância ou organismo à instância ou organismo de nível imediatamente superior.

Art 45 - O quórum para a instalação de qualquer organismo é a metade mais um dos membros que o compõem.

Art 46 - Salvo nos casos especificados neste Estatuto o quórum para deliberação de

qualquer organismo partidário é a maioria simples dos presentes, ou seja, são consideradas aprovadas as propostas que obtiverem o maior número de votos observado o disposto no Art.50.

Art 47 - Os presidentes das Comissões Dirigentes serão eleitos diretamente em votação separada nos respectivos Encontros ou Congresso.

Art 48 - Para a eleição de dirigentes em todos os níveis observa-se-ão as seguintes normas gerais:

I - Serão eleitos suplentes na proporção de um terço (1/3) dos efetivos. Os suplentes só participam dos organismos dirigentes no impedimento dos efetivos.

II - No mínimo 30% (trinta por cento) dos integrantes dos organismos dirigentes serão mulheres.

III - Proporcionalidade direta entre as chapas.

IV - Possibilidade de inscrição de chapas incompletas.

V - Serão considerados votos válidos os votos dados às chapas e os votos em branco.

Art 49 - Para a eleição de delegações em todos os níveis observar-se-ão as mesmas normas do Art.53, executando-se o seu inciso II, que terá a seguinte redação: as delegações deverão contar com a mesma porcentagem de mulheres que a porcentagem presente no encontro.

TÍTULO VI - ÓRGÃOS DE DIREÇÃO

Existe polêmica entre as seguintes alternativas:

ALTERNATIVA 1.

Art 50/1 - As Comissões Dirigentes organizarão suas atividades por Secretarias.

§1º - A Comissão Dirigente Nacional organizará necessariamente as seguintes Secretarias:

- I - Organização
- II - Finanças
- III - Formação Política
- IV - Comunicação
- V - Assuntos Institucionais
- VI - Relações Internacionais
- VII - Cultura

§2º - As Comissões Dirigentes Estaduais organizarão necessariamente as Secretarias de Organização, Finanças, Formação Política, Comunicação, Assuntos Institucionais e Cultura;

§3º - As Comissões Dirigentes Municipais organizarão necessariamente as Secretarias de Organização, Finanças, Formação Política e Comunicação.

Art.51/1 - Com exceção do Presidente, todos os membros das Comissões Dirigentes Nacional e Estaduais que não participarem de alguma Coordenação Setorial deverão obrigatoriamente integrar uma Secretaria.

§ Único - As Secretarias serão coordenadas pelos membros da Comissão Dirigente que a integram. Poderá haver rodízio anual entre esses membros para a escolha do coordenador titular.

Art 52/1 - Os Setores de Atuação Partidária serão coordenados em todos os níveis por membros eleitos nos respectivos Encontros.

Art 53/1 - Os Coordenadores das Coordenações Setoriais Nacionais que não forem membros da Comissão Dirigente Nacional

terão assento, com direito a voz, nas reuniões dessa Comissão.

Art 54/1 - As funções das Secretarias serão detalhadas pelo Conselho Deliberativo Nacional.

Art 55/1 - As Comissões Dirigentes poderão eleger entre os seus membros Comissões Políticas para encaminhar as suas decisões.

ALTERNATIVA 2

A mesma ALTERNATIVA 1 com a inclusão da Secretaria Geral e a exclusão do Art 50/2.

ALTERNATIVA 3

Art 50/3 - A Comissão Dirigente organizará suas atividades permanentes por Divisões e Departamentos, por Coordenações Setoriais e por Grupos de Trabalho e Assessoramento.

Art 51/3 - A Comissão Dirigente Nacional será assim constituída:

I - Presidência

1. Presidente do Partido
2. Primeiro Vice-Presidente
3. Segundo Vice-Presidente

II - Divisões e Departamentos

1. Finanças:
 - 1.1 - Departamento da Receita
 - 1.2 - Departamento da Despesa
2. Organização:
 - 2.1 - Departamento de Política Organizacional

- 2.2 - Depto. de Coordenação Regional
- 2.3 - Departamento de Cadastro
- 2.4 - Departamento Administrativo

3. Jurídica
4. Ampliação
5. Mobilização
6. Comunicação
7. Internacional
8. Eleitoral
9. Institucional
10. Cultural

III - Coordenações Setoriais

1. Agrário
2. Artistas
3. Ciência
4. Portadores de Deficiências
5. Ecologia
6. Educação
7. Funcionalismo
8. Juventude
9. Índios
10. Moradia
11. Mulheres
12. Negros
13. Saúde
14. Sindical
15. Urbanismo

IV - Grupo de Trabalho e de Assessoramento (GTAs)

1. Organizacional/Administrativo
2. Acompanhamento da Situação
3. Projeto Alternativo
4. Programas de Rádio e TV

Art.52/3 - São as seguintes as atribuições dos órgãos e dos dirigentes que compõem a Comissão Dirigente Nacional:

- a) Presidência
 1. Presidência - A Presidência, constituída pelo presidente e por dois vice-presidentes,

é responsável pela representação interna e externa do Partido e pela aplicação da sua política.

2. Presidente do Partido - O Presidente Nacional do Partido é o principal responsável, em nível nacional, pela aplicação dos princípios, dos programas e das resoluções do Partido.

2.1 - Cabe ao presidente coordenar a atuação dos demais dirigentes, bem como a avaliação periódica dos organismos partidários; representar o Partido em qualquer circunstância, por si ou por delegação expressa a outro dirigente; delegar parte de suas atribuições a outros membros da Comissão Dirigente Nacional.

3. Primeiro Vice-Presidente - Substituir o Presidente em seus impedimentos ou, por sua expressa delegação, desempenhar suas atribuições.

4. Segundo Vice-Presidente - Substituir o 1º Vice em seus impedimentos ou, por expressa delegação do Presidente, desempenhar outras atribuições.

b) Divisões e Departamentos

5. Divisão de Finanças - Compete à Divisão de Finanças gerir as finanças partidárias, elaborando e acompanhando a implantação de projetos de receita e despesa e coordenando os respectivos Departamentos.

5.1 - Departamento de Receita - Cabe ao Departamento de Receita coordenar a cobrança centralizada das contribuições e quotas regulares devidas por filiados e por organismos partidários, bem como implementar campanhas específicas de arrecadação.

5.2 - Departamento de Despesas - Cabe estabelecer e aplicar critérios de despesas e gastos, de acordo com os orçamentos - programas dos diversos organismos partidários, procurando sempre o equilíbrio entre receita e despesa e entre as diversas regiões e setores que compõem o Partido nacionalmente.

6. Divisão de Organização - Compete à Divisão de Organização manter o Partido em funcionamento, acompanhando a implantação e o desenvolvimento dos diversos organismos partidários e coordenando as atividades específicas de seus Departamentos.

6.1 - Departamento de Política Organizacional - Compete-lhe elaborar e acompanhar a implementação de planos, programas e projetos que visem adequar permanentemente a organização partidária às resoluções políticas aprovadas, dentro das normas estatutárias.

6.2 - Departamento de Coordenação Regional - Compete-lhe manter constante contato com Comissões Dirigentes de nível Estadual e Municipal para orientação e acompanhamento da aplicação das resoluções partidárias, principalmente no que se refere a instalação e renovação de organismos e realização de encontros.

6.3 - Departamento de Cadastro - Compete a esse Departamento manter atualizado o cadastro de filiados e de órgãos partidários.

6.4 - Departamento Administrativo - Compete-lhe responsabilizar-se pelas questões administrativas dos órgãos nacionais, bem como estabelecer normas e critérios para o conjunto do Partido.

7. Divisão Jurídica - À Divisão Jurídica compete dar assistência ao Partido em todas as questões jurídicas, inclusive eleitorais.

8. Divisão de Ampliação - Compete a essa

Divisão responsabilizar-se pela permanente filiação de novos membros, pela coordenação de campanhas específicas de filiação, pelo acompanhamento da instalação e funcionamento dos núcleos partidários.

9. Divisão de Mobilização - Competem-lhe funções de caráter normativo, coordenador, e/ou executivo na proposição, na implementação e no acompanhamento de campanhas políticas gerais e específicas.

10. Divisão de Comunicação - Compete à Divisão de Comunicação a responsabilidade pela difusão das informações e das posições partidárias, cabendo-lhe coordenar a publicação de revistas, jornais, boletins, programas de rádio e TV, vídeos, notas, panfletos, cartazes e demais peças de divulgação.

11. Divisão Internacional - Compete-lhe propor e implantar a política internacional do Partido, cabendo-lhe executar as funções e tarefas pertinentes.

12. Divisão Eleitoral - Compete à Divisão Eleitoral assessorar o Partido em todas as questões eleitorais, manter atualizados levantamentos de situação eleitoral, realizar, coordenar ou contratar a realização de pesquisas eleitorais, bem como dar orientação para realização de campanhas eleitorais e materiais eleitorais, e acompanhar politicamente as campanhas eleitorais do Partido em todos os níveis.

13. Divisão Institucional - Compete a essa Divisão acompanhar e orientar a atuação partidária nos Governos e nos Parla-mentos, em todos os níveis, bem como coordenar a produção de políticas gerais e específicas de Governo.

14. Divisão Cultural - Compete à Divisão Cultural propor a política cultural do Partido, bem como orientar e coordenar atividades culturais de qualquer natureza, aí incluídos programas de formação geral e específica.

15. Divisão de Documentação - Compete-lhe responsabilizar-se pela preparação documental necessária para a realização de atividades partidárias, inclusive reuniões e encontros, bem como cuidar do registro, da circulação interna e da memória de documentos partidários.

c) Coordenações Setoriais

16. Coordenação do Setor Agrário - Responsável pelas questões relacionadas com a luta pela Reforma Agrária e pela proposição da política agrícola do Partido, bem como demais lutas dos trabalhadores rurais e urbanos relacionadas com as questões agrárias.

17. Coordenação do Setor de Artistas - Responsável pelas questões relacionadas com a atividade artística, intelectual e acadêmica, e pela proposição da política partidária nessa área, bem como as lutas dos trabalhadores do setor.

18. Coordenação do Setor de Ciência - Responsável pela formulação de propostas para a política partidária em ciência e tecnologia, bem como pelas questões relacionadas com os cientistas, técnicos, pesquisadores e os trabalhadores dessas áreas.

19. Coordenação do Setor de Portadores de Deficiências - Responsável pela formulação da política partidária na área e pela organização de campanhas dos cidadãos portadores de deficiências físicas.

20. Coordenação do Setor de Ecologia - Responsável pelo assessoramento ao Partido nas questões relacionadas com a preser-

vação do meio-ambiente, bem como pelas campanhas e lutas tanto dos especialistas quanto das pessoas engajadas nesses movimentos.

21. Coordenação do Setor de Educação - Responsável pela política educacional do Partido e pela organização, campanhas e lutas dos especialistas e dos trabalhadores do setor.

22. Coordenação do Setor de Funcionamento - Responsável pela proposição de políticas de Administração Pública para o Partido, seus Governos e suas bancadas, bem como pela organização e pelas lutas do funcionalismo público em todos os níveis.

23. Coordenação do Setor de Índios - Responsável pela Formulação da política indigenista do Partido, bem como pela proposição de outras questões relacionadas com a organização, as campanhas e as lutas das populações indígenas ou correlatas.

24. Coordenação do Setor de Juventude - Responsável pela formulação de uma política partidária para a juventude em suas várias dimensões - juventude operária, universitários, secundaristas, jovens urbanos, etc - bem como pela atuação partidária no movimento estudantil.

25. Coordenação do Setor de Moradia - Responsável pela formulação da política habitacional do Partido e pela atuação partidária na organização e nas lutas populares por moradia.

26. Coordenação do Setor de Mulheres - Responsável pela política partidária relacionada com a luta contra a discriminação, em favor da participação igualitária das mulheres em todos os níveis da vida nacional.

27. Coordenação do Setor de Negros - Responsável pela política e pela atuação do Partido nos movimentos negros.

28. Coordenação do Setor de Saúde - Responsável pela política partidária na área de saúde, bem como pela organização e pelas campanhas dos especialistas e trabalhadores do setor.

29. Coordenação do Setor Sindical - Responsável pela política do Partido em relação às questões trabalhistas e sindicais, bem como pela atuação partidária no movimento sindical e, principalmente, nas centrais sindicais.

30. Coordenação do Setor de Urbanismo - Responsável pela formulação da política e pela atuação partidária nos movimentos populares relacionados com as questões urbanas, como transportes, abastecimento, saneamento, etc.

d) Grupos de Trabalho e de Assessoramento

31. Grupo de Trabalho e de Assessoramento (GTA) Organizacional-Administrativo - Cabe-lhe acompanhar a vida organizacional e administrativa do Partido, e, em conjunto com dirigentes de outros órgãos, apresentar informações, relatórios e propostas pertinentes, à Comissão Dirigente Nacional, bem como executar as medidas aprovadas ou coordenar sua implantação.

32. GTA de Acompanhamento da Situação - Cabe-lhe acompanhar a situação política, institucional, social, cultural e econômica do País, preparando relatórios periódicos regulares, ou, excepcionalmente quando acionado e assessorando a Comissão Dirigente Nacional a qualquer momento.

33. GTA do Projeto Alternativo - Cabe-

lhe montar, detalhar e aperfeiçoar o projeto alternativo para o Brasil, coordenando as atividades de estudos, pesquisas e debates necessários.

34. GTA de Programas de Rádio e TV - Cabe-lhe preparar os projetos de programas partidários de rádio e TV assegurados pela justiça, em épocas eleitorais ou não, bem como acompanhar programas equivalentes de outros Partidos ou dos governos, sugerindo e produzindo respostas e contestações quando necessário.

Art 53/3 - A Comissão Dirigente Nacional poderá profissionalizar e semiprofissionalizar dirigentes, bem como contratar assessores, funcionários, ou terceiros, para assegurar o bom andamento da atividade partidária.

Art 54/3 - Equivalem-se as responsabilidades e funções das Comissões Dirigentes dos três níveis - nacional, estadual e municipal - mas em cada nível as atribuições serão exercidas com caráter e enfoque diferentes, como a seguir explicitado:

I - no nível nacional: caráter diretivo e normativo, com enfoque preponderantemente de orientação, acompanhamento e avaliação;

II - no nível estadual: caráter coordenador e programador, com enfoque preponderantemente de organização da execução;

III - no nível municipal: caráter operativo, com enfoque preponderantemente de execução.

Art 55/3 - As Comissões Dirigentes de nível estadual e municipal procurarão organizar-se tendo como parâmetro a estrutura da Comissão Dirigente Nacional, mas adaptando-a às circunstâncias de tempo e lugar, bem como à existência de recursos humanos e materiais.

§1º - A Comissão Dirigente Municipal terá, no mínimo, Presidente, Secretário (reunindo as atribuições de várias Divisões e Coordenações Setoriais previstas em nível nacional), Tesoureiro, Encarregado de Organização e Encarregado de Mobilização.

§2º - A Comissão Dirigente Estadual terá, no mínimo, Presidente, Vice-Presidente, Dirigente de Finanças, Dirigente de Organização, Dirigente Jurídico, Dirigente de Mobilização, Dirigente de Comunicação, Dirigente Institucional, Dirigente Cultural e um Dirigente para Movimentos Populares, englobando setores previsto na estrutura nacional.

Art 56/3 - As Comissões Dirigentes de nível estadual e municipal poderão profissionalizar dirigentes e contratar assessores e funcionários, de acordo com as normas e critérios estabelecidos pelo Departamento Administrativo da Divisão de Organização Nacional.

Art 57/3 - Não serão criadas comissões, em qualquer nível, com atribuições já estabelecidas para órgãos permanentes, como as Divisões, os Departamentos, as Coordenações Setoriais e os Grupos de Trabalho e Assessoramento.

§1º - Excepcionalmente, quando ainda não tiver sido instalado um órgão de direção - Divisão, Departamento, Coordenação Setorial ou GTA - e houver necessidade imperiosa e premente do desempenho de atribuições que normalmente seriam desses órgãos, poderão ser criados Grupos-Tarefa (GTs), com composição, duração, mandato e funções formalmente definidas, necessári-



amente com um responsável designado no ato de formação e que se reportará a um dirigente também indicado nessa ocasião.

§2º - Quando houver atividades eventuais e transitórias que envolvam mais de um órgão, a Comissão Dirigente designará formalmente o dirigente ao qual os demais se reportarão.

§3º - O Conselho Deliberativo poderá formar, entre seus membros ou não, Grupos de Estudo, para preparar relatórios, documentos ou propostas, e que terão explicitadas, no ato de criação, o responsável, a tarefa a cumprir, a composição e a duração do mandato.

FIM DAS ALTERNATIVAS

TÍTULO VII - COMISSÕES DE ESTATUTO E DE ÉTICA

Art 51 - Por solicitação da Comissão Dirigente, infrações ao Estatuto ou às resoluções partidárias serão examinadas pela Comissão de Estatuto, que produzirá um parecer.

§1º - Na renovação da Comissão Dirigente, o Encontro de cada nível elegerá a Comissão de Estatuto.

§2º - Excepcionalmente, será dispensado dessa obrigação o Município que não tiver condições de cumpri-la, e, nesse caso, as infrações serão remetidas à Comissão de Estatuto do Município que for designado pela Comissão Dirigente Estadual.

§3º - A Comissão de Estatuto é constituída por no mínimo três filiados eleitos e no máximo por nove, e, para exercer suas funções, poderá pedir apoio à Comissão Dirigente do respectivo nível.

Art 52 - No exercício de suas funções, a Comissão de Estatuto garantirá a plena e livre expressão das partes envolvidas e procurará basear suas conclusões em evidências factuais.

§1º - O parecer final da Comissão de Estatuto, escrito e assinado por seus membros, será entregue à Comissão Dirigente do nível respectivo, que não se obriga a acatar o parecer, e terá liberdade de solicitar novas informações.

Art 53 - Das decisões da Comissão Dirigente, baseadas ou não em parecer da Comissão de Estatuto, cabe recurso ao Conselho Deliberativo do mesmo nível, e deste, ao Encontro do respectivo nível.

§1º - Somente quando esgotadas as possibilidades num nível o recurso pode subir a

nível superior, começando pela Comissão Dirigente.

§2º - Recurso da decisão do Conselho Deliberativo Nacional só pode ser impetrado ao Congresso ou a Encontro Nacional Extraordinário.

§3º - Ao pronunciar-se sobre sanções, qualquer organismo dirigente deve decidir sobre o caráter suspensivo ou não das medidas aprovadas em caso de recurso.

Art 54 - As Comissões de Ética do PT são eleitas nos Encontros Municipais e Estaduais, constituindo órgãos de colaboração com funções previstas nos Artigos y e y deste Estatuto.

§1º - No nível dos municípios enquadrados na categoria "A", conforme o Art.9º deste Estatuto, a Comissão de Ética é composta por 3 (tres) membros; para a categoria "B" por 5 (cinco) membros; para a categoria "C" e no nível estadual por 7 (sete) membros.

§2º - A Comissão de Ética Nacional será constituída por sorteio entre os membros do Conselho Deliberativo Nacional para apreciar recursos de matérias já esgotadas em outras instâncias ou para analisar questões que envolvam filiados diretamente subordinados ou integrantes de instâncias nacionais, sempre que os fatos geradores forem de caráter nacional.

Art 55 - As Comissões de Estatuto e de Ética não têm caráter policial ou judicial, nem podem tomar Partido em controvérsias de cunho político que não forem explicitamente de natureza estatutária ou ética.

Art 56 - As Comissões de Ética em cada nível serão acionadas pelas respectivas Comissões Dirigentes.

§1º - Acionada a Comissão de Ética caberá à mesma ouvir as partes, testemunhar, proceder as diligências que entender necessárias, assegurando sempre o direito de defesa dos representados e formular ao final seu parecer à Comissão Dirigente que a acionou.

§2º - Recebido o parecer da Comissão de Ética caberá à Comissão Dirigente pronunciar-se sobre o mesmo.

TÍTULO VIII - FILIAÇÃO

Art 57 - Pode filiar-se ao Partido dos Trabalhadores qualquer homem ou mulher maior de 16 (dezesesseis) anos que manifeste concordância com este Estatuto e demais documentos básicos nacionais do PT e que seja admitido por Núcleo, Coordenação Zonal, Comissão Dirigente Municipal ou Coordenação Setorial ou na falta ou impedimento desses, pela Comissão Dirigente respectiva.

Art 58 - Em qualquer das hipóteses do Art 67, uma cópia da ficha de filiação deverá ser encaminhada, dentro de 15 (quinze) para a Comissão Dirigente Municipal do município onde tem domicílio eleitoral ou resida o filiado.

§1º - A cada 20 (vinte) pedidos de filiação, a Comissão Dirigente Municipal ou Coordenação Zonal é obrigada a convocar plenária de filiação com a presença dos solicitantes, para expor as linhas básicas do PT. Em locais onde em um período de 6 (seis) meses não se completaram 20 (vinte) solicitações de filiação a instância local realizará essa plenária para qualquer número de solicitantes. Somente será confirmada a filiação do solicitante que participar dessa ple-

nária.

§2º - No intervalo entre o pedido de filiação e a plenária de filiação, cabe à Comissão Dirigente Municipal ou Coordenação Zonal, convidar o solicitante à participar das atividades ordinárias do Partido.

Art 59 - A Comissão Dirigente Municipal ou Coordenação Zonal deverá afixar mensalmente na sede local do Partido a lista dos novos filiados.

§1º - Qualquer filiado do PT poderá solicitar à Comissão Dirigente Municipal respectiva a impugnação de uma filiação.

§2º - Na falta ou impedimento da Comissão Dirigente Municipal o processo de filiação deverá ser encaminhado pela Comissão Dirigente Estadual.

Art 60 - A filiação de novos membros ao Partido é atividade permanente de todo organismo partidário, em qualquer nível.

§1º - Cada órgão fará, a cada três meses, filiações novas em número que corresponda a 1% (um por cento) do total de filiados no âmbito respectivo.

§2º - O descumprimento injustificável dessa meta acarretará sanção representada pela redução do número de delegados ao Encontro, na proporção de 1 (um) delegado a menos por cada período de três meses a contar do último Encontro de mesmo nível e caráter.

§3º - Além da filiação permanente, os organismos partidários poderão fazer campanhas específicas de filiação, dirigidas a regiões do País, setores sociais, áreas de atividades ou grupos da população.

TÍTULO IX - NUCLEAÇÃO E OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DE BASE

Art 61 - As instâncias de base do PT são abertas a todos os filiados, não sendo permitido vetar a participação de nenhum filiado que deseje atuar junto a uma instância de base, a não ser nos casos previstos neste Estatuto.

Art 62 - São consideradas formas de participação de base no Partido dos Trabalhadores:

- I - Deliberativas:**
- Os Encontros de Núcleo;
 - Os Encontros Zonais e Municipais em municípios onde não existam Coordenações Zonais;
 - Os Plebiscitos, Referendos e Prévias Eleitorais;
 - Os Encontros Setoriais de Base;
 - As Plenárias deliberativas de âmbito municipal, desde que convocadas e regulamentadas pelo respectivo Conselho Deliberativo.

- II - Consultivas**
- As Consultas
 - As Plenárias de filiados para tratar de qualquer tema em âmbito zonal, municipal e setorial de base.

§ Único - As Comissões Dirigentes Municipais e as Coordenações Setoriais de Base podem organizar formas de participação de base não previstas neste ESTATUTO, desde que de caráter consultivo.

TÍTULO X - TENDÊNCIAS

Art 63 - O direito de filiados organizarem-se em tendências vigora permanentemente no PT.

Art 64 - Tendências são agrupamentos

que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se de vida permanente.

Art 65 - As tendências podem ser de âmbito municipal, estadual ou nacional, ter atuação em todas as áreas de interesse do Partido ou resumirem-se a um determinado setor ou tema.

§ Único - As tendências deverão solicitar seu registro na instância correspondente ao seu âmbito de atuação.

Art 66 - As tendências não poderão ter sedes próprias. As tendências que mantiverem espaço para organizar suas atividades, que deverão ser sempre internas ao Partido, não poderão fazer uso destes para reunião de tendências com não-filiados ou não-nucleados. A existência desse tipo de espaço deverá ser do conhecimento da Comissão Dirigente respectiva e autorizada por ela, ficando proibido que esses espaços ostentem qualquer tipo de identificação pública, podendo ser usados pelo Partido, devendo suas atividades ser abertas para qualquer filiado. Recomendar-se-á que se reúnam nas sedes partidárias.

Art 67 - As tendências internas poderão produzir boletins informativos de circulação estritamente interna ao Partido, bem como editar publicações voltadas ao debate político e teórico ou propostas sobre conjuntura e movimento social, internamente ao Partido. É vedada às tendências a publicação de folheto, jornal, revista, ou qualquer outro meio de comunicação, voltado a orientar e



organizar a intervenção política das tendências no movimento social, na conjuntura, ou para difundir posições de tendência fora do PT. É vedada também a circulação de quaisquer documentos públicos assinados por tendências, mesmo que veiculando posições oficiais do Partido.

Art 68 - As tendências poderão manter mecanismos de arrecadação de recursos, desde que eles não concorram com as finanças partidárias ou adquiram caráter de finanças públicas para uma tendência interna. Iniciativas patrocinadas pelas tendências para arrecadar recursos internamente ao PT devem ser comunicadas à direção partidária.

Art 69 - As relações internacionais são atributo exclusivo do Partido, através de suas instâncias de direção.

Art 70 - As tendências internas do PT

não podem exigir ou constranger seus interesses a qualquer tipo de centralismo obrigatório. As deliberações das tendências não podem se sobrepor ou se chocar ao encaminhamento prático das decisões partidárias.

Art 71 - O PT não reconhece o direito de seus filiados organizarem-se em frações, públicas ou internas.

Art 72 - Todo e qualquer agrupamento de filiados que não se constitua em organismo partidário ou instância previstos neste Estatuto deverá solicitar à respectiva Comissão Dirigente o seu registro como Tendência do PT.

§ Único - Os agrupamentos que não cumprirem a exigência do caput do presente Artigo serão considerados agrupamentos irregulares, estando sujeitos às sanções previstas neste Estatuto.

TÍTULO XI - ELEIÇÕES

Art 73 - Em qualquer nível, cabe à Comissão Dirigente abrir o período eleitoral para indicação, impugnação e aprovação de candidaturas a eleições parlamentares e executivas.

§1º - A Comissão Dirigente divulgará edital de eleições com normas e prazos, de acordo com a legislação em vigor, este Estatuto e demais resoluções partidárias pertinentes.

§2º - O edital citado no parágrafo anterior estabelecerá - além de outros que julgar conveniente - a obediência aos princípios, ao programa e à ética do Partido, e a ampla liberdade de discussão coletiva, como critérios para escolha de candidaturas.

Art 74 - São pré-requisitos do pretendente à candidatura:

- ter feito a filiação ao Partido pelo menos oito meses antes do primeiro turno das eleições;
- estar em dia com a Tesouraria do Partido;
- assinar e registrar em Cartório o "Compromisso Partidário do Candidato Petista"

Art 75 - A Comissão Dirigente somente examinará pedido de indicação a pré-candidatura que vier acompanhado de assinaturas ou votos favoráveis de acordo com as condições discriminadas na tabela abaixo:

- I - No Nível Municipal:**
- a vereador:
 - 1/3 dos membros da Comissão Dirigente Municipal; ou
 - 10% dos Núcleos do Município; ou
 - 1% dos filiados no Município; ou
 - por Encontro Setorial Municipal
 - a prefeito:
 - 2/3 dos membros da Comissão Dirigente Municipal; ou,
 - 30% dos Núcleos do Município; ou
 - 5% dos filiados do Município.
- II - No Nível Estadual:**
- a deputado estadual:
 - 1/3 dos membros da Comissão Dirigente Estadual; ou
 - 5% das Comissões Dirigentes Municipais; ou
 - 1% dos filiados no Estado; ou
 - por Encontro Setorial Estadual
 - a deputado federal:
 - 2/3 dos membros da Comissão Dirigente Estadual; ou
 - 7% das Comissões Dirigentes Mu-

nicipais; ou

- c) 2% dos filiados no Estado; ou
- d) por Encontro Setorial Estadual ou Nacional

3) a senador:

- a) 2/3 dos membros da Comissão Dirigente Estadual; ou
- b) 10% das Comissões Dirigentes Municipais; ou
- c) 3% dos filiados no Estado; ou
- d) por Encontro Setorial Nacional.

4) a governador:

- a) 4/5 dos membros da Comissão Dirigente Estadual; ou
- b) 15% das Comissões Dirigentes Municipais; ou
- c) 5% dos filiados no Estado.

III - No Nível Nacional:

1) a Presidente:

- a) 4/5 dos membros da Comissão Dirigente Nacional; ou
- b) 30% das Comissões Dirigentes Estaduais, ou
- c) 10% de Comissões Dirigentes Municipais e pelo menos 10 Estados; ou
- d) 10% dos filiados distribuído por pelo menos 15 Estados.

1- Para vices e suplências, as regras são as mesmas.

2- No caso de coligações eleitorais em qualquer nível haverá regras especiais, "ad referendum" da Comissão Dirigente Nacional.

3- O filiado pode indicar mais de um pleiteante à pré-candidatura.

Art 76 - O filiado que cumprir os artigos anteriores pode pleitear sua indicação como candidato na forma estabelecida no edital de que fala o Art 83.

§1º - Deve decorrer um intervalo mínimo de 30 dias entre o prazo final para pleitear candidatura e a Prévia Eleitoral ou Encontro de aprovação ou homologação de candidaturas.

§2º - Nesse intervalo, o pleiteante é qualificado de pré-candidatos e, como tal, terá os direitos estabelecidos no edital, como participação em debates, acesso de informações e cadastros, possibilidade de fazer propaganda de sua indicação no interior do Partido.

§3º - A Comissão Dirigente assegurará plena isonomia de direitos e deveres aos pré-candidatos.

Art 77 - Os pré-candidatos a postos eleitorais parlamentares (vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores) serão aprovados como candidatos no Encontro do respectivo nível, desde que obtenham no mínimo 20% dos votos dos presentes.

§ Único - O Encontro pode delegar à Comissão Dirigente a complementação das vagas.

Art 78 - O Encontro, por maioria simples, ou a Comissão Dirigente, por 2/3 dos votos, pode indicar candidaturas prioritárias a postos eleitorais parlamentares.

§1º - O Encontro fixará as formas de concretizar o caráter prioritário da candidatura.

§2º - A Comissão Dirigente supervisionará a correta aplicação das prioridades.

§3º - Caberá recurso, à Comissão Dirigente, contra irregularidades na indicação ou na campanha de candidato prioritário.

Art 79 - Os pré candidatos a postos eleitorais executivos (prefeito, governador, presidente) serão submetidas a Prévias Eleitorais quando houver mais de um pré-candidato inscrito para o mesmo posto e não houver expressa manifestação contrária aprovada por 90% dos votos dos membros da Comissão Dirigente.

Art 80 - A Comissão Dirigente convocará Prévia Eleitoral, além do caso previsto no artigo anterior, quando ocorrer uma das situações seguintes:

a) quando houver significativo apoio a mais de uma proposta de definição partidária em relação à participação ou não nas eleições;

b) quando houver questão polêmica relevante em relação à candidaturas, às eleições ou a coligações eleitorais;

c) no segundo turno das eleições, para definir apoio partidário a ser oferecido ou procurado.

§ Único - Nos casos previstos neste artigo, a Prévia Eleitoral deixará de ser convocada, quando houver expressa manifestação em contrário, de 2/3 dos membros da Comissão Dirigente ou de 30% dos órgãos partidários do nível inferior.

Art 81 - No caso de coligações eleitorais, a forma de apresentação de candidaturas e realização de Prévias Eleitorais será objeto de resolução especial da Comissão Dirigente.

Art 82 - A Prévia Eleitoral consiste na manifestação preliminar e nominal dos filiados, pelo voto secreto depositado em urna, organizada pela Comissão Dirigente, que assegurará:

a) a qualquer filiado, o acesso a informações e listas necessárias para a realização da Prévia;

b) debates e discussões destinados a esclarecer os filiados sobre as questões em disputa;

c) adequada localização e descentralização das urnas para realização da votação, bem como os meios necessários para rigorosa fiscalização do pleito, além de rapidez e confiabilidade na apuração dos votos.

Art 83 - As datas das Prévias Eleitorais serão fixadas pela Comissão Dirigente de cada nível, não podendo jamais coincidir com as dos Encontros de mesmo nível.

Art 84 - Quando houver mais de dois pré-candidatos e nenhum obtiver 50% mais um dos votos válidos, a Comissão Dirigente convocará o segundo turno da Prévia Eleitoral, que será necessariamente fixado para outra data.

§ Único - O segundo turno poderá ser dispensado se o segundo mais votado desistir formalmente de sua realização.

Art 85 - Na Prévia Eleitoral, e em quaisquer outras situações que envolvam aferição de votos, são considerados válidos os votos dados a propostas ou nomes mais os votos em branco.

Art 86 - Para participar da Prévia Eleitoral o filiado deve ter feito sua filiação pelo menos três meses antes da sua realização, e estar quites com a Tesouraria.

Art 87 - O resultado da Prévia Eleitoral é imperativo e será homologado pelo Encontro quando:

a) no nível municipal, houver comparecimento mínimo de 20% dos filiados;

b) no nível estadual, houver compareci-

mento mínimo de 20% dos filiados em pelo menos 30% dos Municípios;

c) no nível nacional, houver comparecimento mínimo de 30% dos filiados em pelo menos 50% dos Municípios.

Art 88 - Será considerado nulo o resultado da Prévia Eleitoral quando 50% mais um dos votos tiverem sido nulos.

§ Único - No caso do contido no caput deste Artigo, as decisões correspondentes cabem ao Encontro.

Art 89 - Até 15 dias antes da realização do Encontro, ou de Prévia Eleitoral, poderá ser requerida a impugnação de pré-candidaturas, mediante a apresentação de requerimento escrito.

§1º - O requerimento, acompanhado de razões e documentos comprobatórios, será apresentado à Comissão Dirigente, que imediatamente notificará o acusado e lhe assegurará condições de plena defesa.

§2º - Para decidir, a Comissão Dirigente poderá acionar a Comissão de Estatuto, a Comissão de Ética ou Comissão especial "ad hoc"

§3º - A decisão da Comissão Dirigente será sempre "ad referendum" do Encontro, e, se houver Prévia Eleitoral, deverá ser divulgada antes de sua realização.

Art 90 - No Encontro, a Comissão Dirigente apresentará relatório circunstanciado das impugnações solicitadas e a síntese, das razões de acusação e defesa, bem como pareceres e decisões.

§1º - O Encontro votará as impugnações caso a caso.

§2º - Será considerada aprovada a impugnação que obtiver 3/4 dos votos válidos e desde que as abstenções não ultrapassem 49% dos presentes.

Art 91 - Excepcionalmente, o Encontro poderá apreciar pedido de impugnação apresentado no próprio Encontro, e, através da Mesa, procederá da seguinte forma:

a) nomeará imediatamente uma Comissão Especial "ad hoc", que ouvirá as partes - podendo estas ser representadas por qualquer delegado - fora do recinto do plenário e por tempos iguais;

b) assegurará à Comissão Especial tempo suficiente para exposição da síntese das razões das partes e de seu parecer;

c) submeterá o parecer à votação indicativa dos delegados;

d) enviará o relatório circunstanciado do trabalho da Comissão e do resultado da votação à Comissão Dirigente que, num prazo máximo de 20 dias, referendará ou não o resultado da votação indicativa.

§ Único - Durante os prazos aqui indicados o pleiteante não terá suspensos seus direitos de filiado e de candidato, inclusive eventos de campanha.

Art 92 - Uma vez inscrito o filiado na lista de candidatos, seu nome só poderá ser retirado num dos casos seguintes:

a) por vontade expressa do próprio candidato;

b) pela ocorrência de fatos supervenientes;

c) por decisão de instância superior em grau de recurso.

Art 93 - Ao pleitear sua indicação a qualquer candidatura, proporcional ou majoritária, o filiado assinará o "Compromisso Partidário do Candidato Petista", conforme este Estatuto.

§1º - A assinatura do "Compromisso Partidário do Candidato Petista" indicará que o pleiteante está previamente de acordo com as normas e resoluções do Partido, tanto em relação à campanha quanto ao exercício do mandato, bem como com o conteúdo estabelecido neste Estatuto.

§2º - O "Compromisso Partidário do Candidato Petista" será registrado em Cartório.

§3º - Quando houver comprovado descumprimento de qualquer uma das cláusulas do "Compromisso Partidário do Candidato Petista", e assegurado o pleno direito de defesa à parte acusada, o candidato poderá ser submetido a uma série graduada de punições, que poderá ir da simples advertência até desligamento do Partido com renún-



cia obrigatória do mandato.

Art 94 - O candidato majoritário integrará, em igualdade de condições com os demais membros, o Comitê Eleitoral ou o organismo equivalente.

Art 95 - A Comissão Dirigente pode solicitar dos Comitês Eleitorais que prestem contas de suas atividades.

§1º - Atividades de campanha eleitoral proporcional devem fazer referência às candidaturas majoritárias.

§2º - Peças de campanhas proporcional devem fazer referência aos candidatos majoritários, salvo exceções autorizadas pelo Comitê Eleitoral, por razões de ordem visual ou estética.

§3º - Peças ou atividades de grandes proporções nas campanhas de candidatos a posto parlamentar - como out-doors, carros de som, caravanas etc - devem ser expressamente autorizadas pelo Comitê Eleitoral.

§4º - A Comissão Dirigente deve procurar assegurar um mínimo de recursos a todas as candidaturas.

§5º - O candidato, ao inscrever-se, paga uma taxa estabelecida pela Comissão Dirigente, à qual também repassará 5% dos recursos utilizados na campanha.

§6º - A Comissão Dirigente cuidará para que haja total transparência de todas as atividades de receita e despesa das campanhas eleitorais.

§7º - Quando houver acordo, aliança ou coligação eleitoral com outros Partidos, a Comissão Dirigente adotará resoluções específicas de condução de campanha, inclusive de composição do Comitê Eleitoral.

§8º - Na campanha eleitoral não haverá áreas proibidas, fechadas ou reservadas.

§9º - É proibido realizar atividades de campanha eleitoral ou peças publicitárias com candidatos de outros Partidos ("dobradinhas") salvo no caso de coligações eleitorais aprovadas em Encontro.

§10º - O candidato registrará no Comitê Eleitoral lista de nomes e endereços de coordenadores e responsáveis pelo seu Comitê Eleitoral e pelos seus grupos de apoiadores.

TÍTULO XII - BANCADAS PARLAMENTARES

Art 96 - O parlamentar poderá, com prévia comunicação à Comissão Dirigente, manter escritório e editar boletim de prestação de contas de mandato.

Art 97 - A Bancada Parlamentar constituirá Assessoria Coletiva, além das assessorias individuais de cada parlamentar.

Art 98 - O gabinete do parlamentar não é instância partidária, mas a Comissão Dirigente pode promover reuniões e consultas com parlamentares e seus assessores e funcionários.

§ Único - No mínimo a cada ano, a Comissão Dirigente promoverá reuniões com os parlamentares para balanço, prestação de contas e apresentação de propostas comuns.

Art 99 - A Bancada Parlamentar, que é uma instância partidária, escolhe periodicamente o líder e os vice-líderes, comunicando posteriormente os nomes à Comissão Dirigente, que poderá levantar questionamento, cabendo a última palavra à Bancada.

Art 100 - A Bancada Parlamentar escolherá seus representantes no Conselho Deliberativo.

Art 101 - De comum acordo entre o parlamentar, a Bancada e a Comissão Dirigente, haverá o rodízio entre titulares e suplentes.

Art 102 - Bancadas Parlamentares, Conselhos Deliberativos, Comissões Dirigentes e Encontros ou Congressos poderão adotar outras resoluções tendentes a aperfeiçoar a concepção petista e partidária dos mandatos eletivos majoritários e proporcionais.

Art 113 - O Partido concebe o mandato, majoritário ou proporcional, como um mandato partidário, e o define como a síntese da relação entre Partido, eleitor e eleito.

§1º - A Comissão Dirigente e a Bancada Parlamentar procurarão precisar a noção de fidelidade partidária e lutarão para incluí-la na legislação eleitoral e no regimento das casas legislativas, de maneira a assegurar aos Partidos a possibilidade de reter mandatos dos parlamentares que, não cumprindo decisões partidárias, sejam desligados do Partido.

§2º - A Comissão Dirigente e a Bancada Parlamentar procurarão sempre praticar o exercício coletivo das decisões e dos mandatos, assegurando a todos os parlamentares o acesso ao processo decisório e obrigando todos ao cumprimento das decisões coletivas.

§3º - Excepcionalmente, e somente por decisão conjunta da Comissão Dirigente e da Bancada, precedida de debate amplo e público, os parlamentares poderão ser dispensados do cumprimento de decisões coletivas, em obediência a graves objeções de natureza ética, filosófica ou religiosa.

§4º - A Comissão Dirigente e a Bancada

adotarão medidas concretas para combater o clientelismo e os privilégios, na busca de uma nova postura ética dos parlamentares e dos membros do Executivo.

Art 104 - Desde o pedido à indicação como pré-candidato a posto eleitoral legislativo ou executivo, o filiado comprometer-se-á a obedecer rigorosamente as normas seguintes:

I - O candidato reconhece o direito que tem o Partido de reter seu mandato, quando abandona a legenda ou dela é desligado.

II - Questões polêmicas e projetos de lei controversos de iniciativa dos parlamentares devem merecer debates amplos, sistemáticos e organizados no interior do Partido.

III - A Bancada deve realizar consultas regulares à Comissão Dirigente, quando houver necessidade de decisões prementes.

IV - Nenhum parlamentar pode invocar essa condição para pleitear "candidatura nata" à reeleição, tratamento diferenciado nos programas partidários de TV e rádio, ou outro qualquer privilégio ou regalia.

V - O parlamentar deve contribuir para a Previdência Social como os demais trabalhadores e deve combater quaisquer tratamentos especiais em termos de sua aposentadoria, à qual tem legítimo direito, desde que não constitua um privilégio.

VI - O parlamentar deve combater rigorosamente qualquer privilégio ou regalia em termos de vencimentos normais e extraordinários, jetons, verbas especiais pessoais, subvenções sociais, concessão de bolsas de estudo e outros auxílios, convocações extraordinárias e/ou sessões extraordinárias injustificadas das Casas Legislativas e demais subterfúgios que possam gerar, mesmo involuntariamente, desvio de recursos públicos para proveito pessoal, próprio ou de terceiros, ou ações de caráter eleitoreiro ou clientelístico.

TÍTULO XIII - GOVERNOS

Art 105 - O filiado eleito para a Chefia do Executivo em qualquer nível - prefeito, governador, presidente - passa a constituir, juntamente com seus secretários, ministros e principais assessores, desde que filiados, bem como com o presidente e outros representantes da Comissão Dirigente de nível respectivo e com o líder da Bancada Parlamentar desse nível, uma instância partidária de consulta, acompanhamento e deliberação, intitulada Comissão de Governo.

§1º - Nos governos de que o Partido par-



ticipa sob forma de coligação, constituem a parte do Governo na Comissão referida no caput deste artigo apenas os filiados que ocupem postos de primeiro e segundo escalão.

Art 106 - São as seguintes as atribuições da Comissão de Governo:

a) - emitir parecer sobre planos de Governo, gerais e específicos, elaborados pelo Partido ou pelo Governo;

b) - propor medidas partidárias e de Governo em situações emergenciais;

c) - articular a integração das atividades dos órgãos partidários, das bancadas parlamentares e de órgãos governamentais.

d) - dirigir-se à opinião pública para o esclarecimento de posições partidárias e governamentais, quando necessário.

§ Único - Cabe ao governo a decisão final nas questões de governo.

TÍTULO XIV - MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Art 107 - Entendendo que a democratização da informação constitui um elemento insubstituível da democracia partidária e da construção de uma sociedade democrática, o PT manterá permanentemente meios de comunicação.

Art 108 - A política e os programas de comunicação internos e externos do PT são definidos pelo Conselho Deliberativo Nacional a partir das resoluções dos Congressos e Encontros Nacionais do Partido e implementados pelas Secretarias de Comunicação em cada nível sob direção da respectiva Comissão Dirigente.

Art 109 - O PT editará, sob responsabilidade da Comissão Dirigente Nacional, um jornal de âmbito nacional, com o objetivo precípua de estabelecer um canal permanente de diálogo com a sociedade.

§1º - Cabe a este jornal, também, catalizar e estimular a ação dos filiados, servindo como instrumento de formação política, democratização das informações e combate aos estereótipos e linguagem discriminatórios de qualquer natureza.

§2º - A Comissão Dirigente Nacional poderá constituir, ad referendum do Conselho Deliberativo Nacional, um Conselho de Redação e um Conselho Editorial encarregados de produzir e dirigir o jornal.

§3º - Seja qual for a forma adotada, a responsabilidade política pelo jornal perante a Comissão Dirigente Nacional é da Secretaria Nacional de Comunicação do PT a qual cabe incluir esta atividade em Plano de Trabalho e Projeto Orçamentário de acordo com o disposto no TÍTULO XVII - ORÇAMENTO E CONTABILIDADE.

Art 110 - O PT poderá promover ou se associar a outras iniciativas de comunicação, inclusive jornais, rádios, TVs, produção de vídeos, destinadas a viabilizar e implementar sua política e seus programas de comunicação.

Art 111 - Só terão direito a participar dos Encontros Estaduais delegados de Municípios cujo organismo dirigente possua uma publicação regular dirigida a seus filiados ou a população.

§ Único - Essa determinação só é válida para as cidades que possuam ao menos um mandatário eleito pelo Partido (vereador ou Prefeito).

Art 112 - Só terão direito a participar dos Congressos e Encontros Nacionais Extraor-

dinários delegados de estados cujo organismo dirigente possua uma publicação regular dirigida a seus filiados ou a população.

§ Único - Essa determinação só é válida para os Estados que possuam ao menos um mandatário eleito pelo Partido (deputado estadual, federal, senador ou governador).

Art 113 - A Comissão Dirigente Nacional manterá necessariamente a publicação regular do Boletim Interno Nacional com periodicidade mensal.

Art 114 - A assinatura do jornal de que fala o Art 119 e do Boletim Interno Nacional e condição necessária para um filiado participar de qualquer organismo de direção ou coordenação em qualquer nível.

Art 115 - A assinatura das publicações referidas nos Artigos 111 e 112 é condição necessária para participar dos organismos de direção ou coordenação, bem como para postular candidaturas ao parlamento ou executivo no nível respectivo.

TÍTULO XV - FORMAÇÃO POLÍTICA

Art. 116 - A formação política no PT - coerente com a característica plural e democrática do Partido - deve ser estimuladora do exercício crítico, superando o dogmatismo e a retransmissão de verdades prontas. Sua metodologia toma como base a pluralidade de visões e interpretações existentes no Partido e na sociedade, fazendo do debate, da dúvida e da polêmica, uma estratégia sempre presente nas atividades formativas.

Art. 117 - A política e os programas de formação política do PT são definidos pelo Conselho Deliberativo Nacional a partir das resoluções dos Congressos e Encontros Nacionais do Partido e implementados pelas Secretarias de Formação Política em cada nível sob direção da respectiva Comissão Dirigente.

Art. 118 - Dez por cento da arrecadação financeira bruta de cada instância será destinado, pelas respectivas Comissões Dirigentes, para custear as atividades de suas Secretarias de Formação Política, previstos nos programas aprovados pelo Conselho Deliberativo Nacional, obedecidas as normas constantes deste Estatuto.

TÍTULO XVI - FINANÇAS

Art. 119 - Os recursos financeiros do Partido dos Trabalhadores serão originários de:

- contribuição de seus filiados;
- doações de pessoas físicas na forma da Lei;
- repasso dos detentores de mandatos eletivos e de seus respectivos assessores;
- repasso do Fundo Partidário;
- rendas eventuais e receitas de serviços decorrentes de atividades partidárias, na forma da Lei;
- outros auxílios financeiros não vedados em Lei.

Art 120 - A arrecadação básica e permanente do Partido dos Trabalhadores é oriunda dos próprios filiados ao Partido. Cada filiado deverá dar mensalmente ao Partido uma contribuição mínima obrigatória fixada pelo I Congresso do PT como sendo 1% (um por cento) do salário declarado pelo filiado.

§ Único - Dos filiados com rendimento superior a 5 salários mínimos será cobrada a

contribuição de 2% do seu salário declarado.

Art 121 - A contribuição de que trata o Art. 130 e o seu parágrafo único poderá ser efetuada em 12 parcelas (uma por mês), em quatro parcelas (uma a cada três meses), em duas parcelas (uma a cada seis meses) ou em uma só parcela (anuidade).

§ 1º - Para a anuidade efetuada até o mês de março incidirá um redutor de 50%.

§ 2º - Para as semestralidades efetuadas até março e até setembro incidirá um redutor de 40%.

§ 3º - Para as trimestralidades efetuadas até março, junho, setembro e dezembro incidirá um redutor de 10%.

Art 122 - Os filiados que contribuírem de acordo com os parágrafos 1, 2 e 3 do Art. 131 poderão deduzir da sua contribuição as assinaturas das publicações periódicas das Comissões Dirigentes Estadual e Nacional.

Art 123 - Cada Comissão Dirigente Municipal deverá realizar a cada semestre uma atividade partidária que arrecade o equivalente a um salário mínimo por 100 (cem) filiados nesse Município.

Art 124 - Filiados pertencentes a categorias profissionais específicas, como os da área rural, que têm rendimento somente em determinadas épocas do ano poderão calcular o rendimento anual e dividi-lo pelos meses do ano, para se chegar a um valor equivalente ao salário mensal. Sobre esse valor equivalente aplica-se 1% (um por cento), sendo que o pagamento da contribuição ao PT, nesses casos, poderá ser feito somente nos meses em que esses filiados têm rendimento.

Art 125 - Os filiados sem rendimentos deverão solicitar a dispensa da contribuição devida junto à Comissão Dirigente Municipal. Essa dispensa terá validade por 6 meses, podendo ser revalidada. Em períodos de Encontros ou Congresso, essa dispensa deverá ser solicitada até 30 dias antes do início da realização do evento.

Art 126 - Os detentores de mandatos repassarão mensalmente ao Partido uma contribuição financeira.

§ 1º - A contribuição financeira é uma porcentagem do total líquido da remuneração mensal recebida em dinheiro pelo exercício do cargo executivo ou parlamentar;

§ 2º - Essa remuneração mensal, também chamada de vencimentos, compõe-se de:

a) parte fixa menos o Imposto de Renda e descontos previdenciários, se houver;

b) parte variável, diárias por sessões extras, ajuda de custo e mais extras de qualquer natureza, quaisquer que sejam suas formas e condições de pagamento;

§ 3º - A contribuição financeira deve ser paga pelo mandatário petista sem descontos, exceção feita ao desconto da pensão alimentar que incide para efeito do cálculo para repasse ao Partido.

a) nos casos em que não houver decisão judicial encaminhada diretamente ao departamento de pessoal do órgão, o contrato entre as partes deve ser encaminhado formalmente ao Partido com os valores acordados, para efeito do desconto.

§ 4º - juntamente com a contribuição, o mandatário petista deve entregar fotocópia dos respectivos contra-cheques ou de outros documentos, inclusive, se for o caso, comprovante de depósitos diretos em conta corrente;

§ 5º - a entrega da contribuição finance-

ra deve ser feita diretamente à Secretaria de Finanças da instância correspondente, mediante comprovante escrito ou por meio de depósito em conta bancária do Partido.

§ 6º - a entrega de quantia a outras instâncias não pode, sob nenhuma hipótese, ser classificada como contribuição obrigatória de que tratam este Artigo e seus parágrafos.

Art. 127 - A porcentagem de contribuição financeira referida no Art. 136 e seus parágrafos é calculada seguindo-se a Tabela de Cálculo das Contribuições, com porcentagens e respectivos redutores, fixando-se o limite máximo de 30% (trinta por cento) do total líquido quando a aplicação da tabela representar porcentagens superiores.

ALTERNATIVA 1

Art. 128 - A Tabela a que se refere o Art. 127 é a seguinte:

TABELA DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES		
Remuneração Líquida	%	Redutor em S.M.
1. Até 10 S.M	10	
2. Mais de 10 até 15	20	1
3. Mais de 15 até 20	30	2
4. Mais de 20 até 25,40	3,5	
5. Mais de 25 S.M 50	5,5	= 30%

ALTERNATIVA 2

Art. 128 - A Tabela a que se refere o Art. 137 é baseada na Tabela da Alternativa 1 mas será elaborada de forma que a contribuição seja reduzida de 30% para 20%.

Art. 129 - Os assessores de detentores de mandatos eletivos, ocupantes de cargos de confiança, que não são funcionários de carreira da casa onde prestam assessoria, deverão repassar ao Partido uma contribuição financeira mensal, conforme tabela progressiva, sendo estipulado como teto de rendimento líquido (salário recebido menos repasse partidário) o equivalente ao teto salarial do Plano de Cargos e Salários estipulado pela Comissão Dirigente do respectivo nível.

§ Único - No caso de assessores de gabinetes da Bancada Federal, cuja verba para a constituição dos gabinetes é cotizada entre os assessores, fixa-se um repasse sobre o total da verba em 10%. Procedimento idêntico será tomado nos Estados e Municípios com situações semelhantes.

Art 130 - Haverá um Plano de Cargos e Salários (PCS) aprovado pelo Conselho Deliberativo Nacional para funcionários, assessores e dirigentes partidários profissionalizados.

Art 131 - No caso de impasse na fixação de valores, pisos, tetos, tabelas, prazos, formas de reajuste, a decisão caberá à Comissão Dirigente correspondente.

Art 132 - As instâncias partidárias somente repassarão os valores devidos à sua instância imediatamente superior.

Art 133 - Os Núcleos repassarão à Comissão Dirigente respectiva (Municipal, Estadual ou Nacional) 40% de sua arrecadação.

Art 134 - As Comissões Dirigentes Municipais repassarão à Comissão Dirigente Estadual 30% por cento de sua arrecadação básica, oriunda de repasses de filiados, vereadores e assessores e de prefeito, vice e assessores até o décimo dia do mês seguinte.

Art 135 - As Comissões Dirigentes Estaduais repassarão à Comissão Dirigente

Nacional 40% de sua arrecadação oriunda dos repasses das Comissões Dirigentes Municipais e 15% de sua arrecadação oriunda das contribuições dos parlamentares estaduais, dos assessores, do governador e do vice. O repasse deve ser efetuado até o vigésimo dia do mês, levando-se em conta o repasse dos Municípios efetuados até o décimo dia do mês. O não cumprimento dos prazos acarretará uma multa de 10%, mais TRd ou outro índice que o venha substituir.

Art 136 - As Comissões Dirigentes Municipais repassarão recursos financeiros para as Coordenações Zonais; as Comissões Dirigentes Estaduais repassarão recursos para as Coordenações Microrregionais e Setoriais de Base; a Comissão Dirigente Nacional repassará para as Coordenações Macro-regionais e Setoriais Nacionais.

Art 137 - O Fundo Especial de Assistência aos Partidos Políticos será centralizado pela Comissão Dirigente Nacional. As Comissões Dirigentes Estaduais deverão enviar à Secretaria Nacional de Finanças autorização para que esta retenha as quotas que são encaminhadas trimestralmente, cabendo à SNF distribuir relatórios sobre os valores correspondentes a cada Estado para desconto dos repasses mensais devidos pelos Estados.

Art 138 - Estará apto para participar, votar e ser votado em Encontros e Congressos os filiados que estiverem em dia com suas contribuições ou repasses partidários.

§ 1º - Está em dia com as contribuições financeiras o filiado que efetuou as contribuições com o PT a partir da data do último Encontro Municipal, salvo se sua filiação houver se dado após esta data.

§ 2º - Novos filiados terão direito a votar e ser votado em Encontros e Congressos e demais foruns com um mínimo de: (ANÁLISE AS SEGUINTE ALTERNATIVAS): 6, 4, 3, 2 meses de filiação.

§ 3º - Detentores de mandato partidário e assessores estão em dia com o Partido quando efetuaram os repasses devidos.

Art 139 - Estará apto para participar das Formas de Consulta a Todos os Filiados o filiado que estiver em dia com a sua contribuição financeira ou aquele que pagar uma taxa:

ALTERNATIVA 1: equivalente a 20% de sua dívida;

ALTERNATIVA 2: equivalente a 1% do salário declarado.

Art 140 - As receitas obtidas pelo Partido serão contabilizadas, administradas e aplicadas com observância das prescrições legais.

Art 141 - A movimentação dos recursos do Partido deverá ser efetuada sempre em bancos estatais ou de economia mista, em contas correntes em nome do Partido dos Trabalhadores e com o CGC específico de cada instância.

TÍTULO XVII - ORÇAMENTO E CONTABILIDADE.

Art 142 - Os orçamentos do Partido serão elaborados anualmente e conjuntamente com os respectivos Planos de Trabalho pelas Secretarias e Coordenações Setoriais, consolidados pela Secretaria de Finanças e aprovados pelas Comissões Dirigentes, ad referendum dos Conselhos Deliberativos respectivos.

Art 143 - As Secretarias e Coordenações Setoriais apresentarão à Secretarias de Fi-

nanças respectivas uma previsão orçamentária juntamente com seu Plano de Trabalho.

Art 144 - O orçamento é parte do Plano de Trabalho de cada Secretaria ou Coordenação e será aprovado mediante aprovação do respectivo Plano de Trabalho pelo Conselho Deliberativo.

TÍTULO XVIII - PATRIMÔNIO E EXTINÇÃO DO PARTIDO

Art 145 - O patrimônio do Partido dos Trabalhadores será constituído de bens imóveis e móveis que venha a adquirir.

Art 146 - No caso de dissolução do Partido, seu patrimônio será destinado a entidades ligadas aos trabalhadores, conforme deliberação do Congresso que apreciar a extinção do Partido.

§ Único - O Partido dos Trabalhadores - PT - só poderá ser extinto por decisão de Congresso especialmente convocado para esse fim, com 6 (seis) meses de antecedência no mínimo.

TÍTULO XIX - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 147 - Este Estatuto só poderá ser modificado através de emendas aprovadas em Congresso ou Encontro Nacional Extraordinário convocado para este fim.

§ único - As propostas de emendas ao Estatuto deverão ser entregues à Comissão Dirigente Nacional e terão, obrigatoriamente, que ser editadas e divulgadas em todos os organismos partidários com, no mínimo, 3 (três) meses de antecedência do Encontro que as apreciará.

Art 148 - A instância qualificada para interpretar as disposições deste Estatuto em caso de dúvida ou polêmica é o Conselho Deliberativo Nacional.

Art 149 - Os órgãos qualificados para aplicar sanções são, em primeira instância, as Comissões Dirigentes.

TÍTULO XX - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 150 - A partir da data de aprovação deste Estatuto ficam cancelados os atuais registros de tendência concedidos pelo Partido. Os atuais agrupamentos de filiados que quiserem pedir seu registro de tendência de acordo com as normas expressas neste Estatuto terão o prazo de 30 dias para fazê-lo junto à Comissão Dirigente Nacional.

§ 1º - Os agrupamentos já reconhecidos como tendências, bem como aqueles que, conhecidos pela Comissão Dirigente Nacional, não foram reconhecidos como tendências, pelo Diretório Nacional eleito no 7º Encontro Nacional, que não cumprirem o disposto no caput deste Artigo serão automaticamente considerados como agrupamentos irregulares, a não ser que seus atuais responsáveis apresentem declaração, por escrito, atestando sua extinção dentro do prazo estipulado acima.

§ 2º - Os integrantes de agrupamentos incursos no parágrafo acima terão o prazo de 30 dias, a contar da reunião da Comissão Dirigente Nacional que contactou a transgressão deste Estatuto, para manifestarem, através de declaração assinada sua desvinculação do referido agrupamento.

Terceiro Encontro do Foro de São Paulo em Manágua

Entre 18 e 19 de julho reuniu-se em Manágua, tendo como anfitriões a Frente Sandinista de Libertação Nacional, o Terceiro Encontro do Foro de São Paulo. Compareceram à reunião na Nicarágua 82 partidos, provenientes de 17 países da América Latina e Caribe, totalizando 122 delegados. Quarenta e três partidos e organizações provenientes da Europa, África e Ásia assistiram ao evento na condição de observadores.

O Foro de São Paulo entra em seu terceiro ano de vida e a reunião de Manágua segue-se aos Encontros realizados no Brasil, em 1990, e no México, em 1991.

O encontro deste ano teve como eixo de discussão os problemas da integração continental e das alternativas que se abrem para as esquerdas latinoamericanas a respeito.

A reunião de Manágua foi precedida de várias reuniões do Grupo Coordenador do Foro e de pelo menos dois seminários que abordaram o tema central.

O Grupo Coordenador -- composto pelo P.D (México), pela Frente Farabundo Martí (El Salvador), pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (Nicarágua), pelo PC de Cuba, por uma representação de partidos das esquerdas do Peru e do Uruguai e pelo Partido dos Trabalhadores, além do movimento Lavalas, do Haiti -- havia reunido previamente em São Bernardo, durante o Congresso do PT, em Lima (fevereiro deste ano) às vésperas do Terceiro Encontro, em Manágua.

Em seminários realizados em Lima e posteriormente em Manágua, economistas e dirigentes políticos puderam aprofundar mais as alternativas políticas e econômicas que se abrem para a América Latina, que assiste hoje uma grande ofensiva das idéias neoliberais em todo o continente.

A Declaração de Manágua

Ao final do Encontro foi aprovada a Declaração de Manágua (cujo texto em sua versão definitiva será publicado na próxima edição do Boletim Nacional) na qual se encontram resumidas as principais conclusões dos debates, começando por uma análise da significação do Foro de São Paulo. A seguir o documento aborda o que caracteriza como

“ofensiva multifacética do Norte contra a América Latina e o Caribe”, quando são analisadas as difíceis condições em que se encontra o continente como consequência das políticas de ajuste que vêm sendo implementadas em quase toda AL.

O documento menciona que esta ofensiva só se viabiliza porque conta com fortes apoios internos, o que acarreta transformações no sistema político de caráter anti-democrático.

A Declaração alinha a seguir uma série de “elementos para a defesa dos interesses populares”, que enfatiza a necessidade de um novo modelo econômico destinado a satisfazer sobretudo o bem-estar de populações que se encontram em um estado crescente de penúria, o que será obtido sobretudo através de uma maior distribuição da riqueza e da propriedade.

A Declaração destaca o papel da organização autônoma dos setores explorados e oprimidos da população como fonte de mudança e democratização radical da sociedade e do sistema político.

Além de outros pontos que aprofundam o diagnóstico da situação continental e que apontam linhas alternativas para as esquerdas latinoamericanas, o Encontro aprovou uma série de resoluções específicas sobre distintas situações do continente como o recrudescimento da repressão na Colômbia, Denúncia do golpe no Perú, bem como a ação do grupo terrorista Sendero Luminoso, e a situação no Haiti, dentre outros temas. O Encontro manifestou-se enfaticamente contra o bloqueio norte-americano a Cuba, denunciou as pressões que se fazem contra as conquistas da revolução sandinista e

apontou para a necessidade de pleno cumprimento dos acordos de paz em El Salvador e de seguir um caminho semelhante Guatemala.

A reunião discutiu sobre a pertinência de aprovar moções sobre situações exteriores à América Latina. A delegação do Partido dos Trabalhadores, em consonância com a decisão unânime do Grupo Coordenador, encaminhou contra a incorporação de questões extracontinentais nas resoluções. O argumento é de que muitas destas questões são complexas, distantes de nossa compreensão e, em alguns casos, polêmicas e incapazes de provocar decisões de consenso, minando a unidade do Foro que está ainda em vias de construção.

O futuro do Foro de São Paulo

O plenário votou majoritariamente contra a posição do PT e do Grupo Coordenador. Ainda que a maioria das resoluções fosse amplamente consensual -- como as referentes à Palestina e à Líbia --, questões como a repressão dos governos do Iraque e da Turquia aos curdos, suscitada pelo PT, levantaram acalorados debates e mostraram que estes temas devem ser evitados ou introduzidos com mais cuidado.

Estes e outros impasses apontaram para a necessidade de um debate mais aprofundado sobre o futuro do Foro de São Paulo. Como consequência, a reunião resolveu mandar o Grupo Coordenador de preparar cuidadosamente o debate a respeito que deverá desembocar no Quarto Encontro, previsto para julho de 93, em Havana.

O plenário considerou necessário manter o atual Grupo Coordenador, que

foi acrescido apenas da UNRG, da Guatemala.

Em outubro de 92 será realizada uma reunião de avaliação do Foro, estando para tal fim o Grupo Coordenador convocado para uma reunião em Montevidéu. Nesta ocasião serão debatidas mudanças no funcionamento das reuniões, mas, sobretudo, será aprofundado um debate sobre a situação continental e o papel que está destinado ao Foro, suas relações com o resto dos partidos progressistas do mundo, questões sobre as quais não existe unidade de pontos de vista.

Em Manágua foram acordadas medidas relacionadas com a reunião de partidos do Foro de São Paulo com as esquerdas européias e com os setores progressistas dos Estados Unidos e do Canadá.

OPT apresentou uma proposta preliminar para a reunião com a Europa, que será em 93, provavelmente em Bruxelas. Foram debatidos aspectos da reunião que será organizada na América do Norte.

O quarto Encontro do Foro de São Paulo, em Havana, no ano próximo, deverá organizar-se em torno da discussão sobre a evolução econômica, social e política da América Latina e do Caribe, as relações entre partidos e movimentos populares e questões relacionadas com educação política. Tal como ocorreu em 92, vários seminários prévios serão organizados para oferecer mais contribuições sistemáticas aos debates.

Os mais de cem delegados latino-americanos que acorreram à reunião de Manágua saíram com a impressão de que o Foro de São Paulo, tendo representado até agora um extraordinário avanço para as esquerdas do continente, se encontra diante da necessidade de tomar graves definições que influirão decisivamente em seu futuro. O debate começa em outubro, em Montevidéu, e o PT publicará brevemente sua posição para este início de discussão.

Marco Aurélio Garcia

na condição de Secretário de Relações Internacionais do PT, representou o Partido no evento.

Convidados para participar do Seminário-taller que antecedeu o Encontro, Jorge Mattoso, da Comissão de Relações Internacionais, e Dulce Pereira integraram igualmente a delegação petista.

III Simpósio Internacional ISCOS-CISL/CLACSO

Este Simpósio -- que ocorrerá entre os dias 25 e 27 de agosto, no Hotel San Rafael, em São Paulo -- é a terceira etapa do convênio iniciado em 89 entre a Comissão de “Movimientos Laborales” do CLACSO e o ISCOS da CISL. Um convênio que visa a colaboração entre intelectuais e sindicalistas latino-americanos e italianos.

Os impactos da crise e das transfor-

mações estruturais nos países da região colocam para os sindicalistas a necessidade crescente de avançar na elaboração de propostas alternativas. Contribuir nesse sentido é o objetivo desse Simpósio.

Informações e inscrições:

CUT - Secretaria Nacional de Formação: (011) 255.7500

Secretaria do Evento: (011) 813.0897

Participação em Seminários e Eventos Internacionais

O companheiro José Ilário Gonçalves Marques, membro do Diretório Nacional, presidente do Diretório Regional do Ceará e candidato a Prefeito de Quixadá, representou o PT participando do Seminário Interamericano "La Concertación: La Nueva Modalidad de Gobierno en América Latina?", realizado em Costa Rica, nos dias 18 a 22 de maio de 1992, organizado pelo Centro de Estudios Democráticos de América Latina e a Fundação Friedrich Ebert.

Marco Aurélio Garcia, Secretário de Relações Internacionais, viajou a Espanha, entre os dias 21 e 23 de maio para participar do Seminário "Brasil y las relaciones con la unidad Europea", na cidade de Tordesilhas. A atividade foi organizada pelo Instituto de Cooperación Ibero Americana, o Consejo Español del Movimiento Europeo e a Fundação Friedrich Ebert. O Embaixador do Brasil na Espanha, Lindolfo Collor, convidado a participar do Seminário, não compareceu, o que motivou uma carta do companheiro Marco Aurélio ao Ministro de Relações Exteriores Celso Lafer, manifestando surpresa frente a esta atitude de desinteresse da representação do governo brasileiro por este evento. A essa reunião também compareceram os deputados Cezaí Maia, do PMDB, e Tito Riff, do PDT, além de funcionários do governo espanhol e deputados do Parlamento Europeu.

O deputado Eduardo Jorge, líder da nossa Bancada, representou o nosso Partido nas jornadas de Córdoba, na Espanha, sobre "La Cooperación de La Comunidad Europea con la América Latina", nos dias 2 e 3 de junho, organizadas pelo Grupo por uma Esquerda Unitária Européia. Este grupo representa o Bloco Parlamentar de Esquerda do Parlamento Europeu. Estiveram presentes representantes de Izquierda Unida (IU), da Espanha, Partido Democrático de Esquerda (PDS), da Itália, Partido da Revolução Democrática (PRD), do México, Partido Socialista do Equador, Convergência Socialista, de El Salvador, e outros representando partidos da Irlanda, Grécia e Dinamarca.

Luis Eduardo Greenhalgh, membro do Diretório Nacional e vice-prefeito de São Paulo, participou do Seminário Internacional organizado por vários partidos e organizações de esquerda da Argentina, na realidade de Rosário, nos dias 12, 13 e 14 de junho. O tema foi "Debates e buscas atuais para a reconstrução de uma alternativa política revolucionária na América Latina e no Caribe". Participaram partidos e personalidades da Colômbia, Cuba, Chile, Estados Unidos, República Dominicana, Guatemala, Haiti, El Salvador, Panamá, Peru, Paraguai e Uruguai.

O Seminário produziu uma declaração final, denominada "Declaração de Rosário", cuja cópia está a disposição na Secretaria de Relações Internacionais do Diretório Nacional do PT.

Hamilton Pereira da Silva, Secretário Agrário do PT, a convite do Renner Institut, Instituto de formação Política do SPO - Partido Socialista Austríaco, participou, no dia 20 de junho, em Viena, do seminário "500 Anos de Colonialismo, Transformar, não Celebrar". No seminário de dois dias - também com a participação da dirigente indígena do CUC, a guatemalteca Rigoberta Menchu, candidata ao prêmio Nobel da Paz e de conferencistas austríacos ligados à Universidade ou aos quadros dirigentes do SPO - Hamilton Pereira participou com duas exposições: "Devolvam nossa Terra", uma informação e análise da estrutura fundiária brasileira, e da produção agrícola para exportação de grãos; e Perspectivas de Organização Popular no Campo no Brasil, uma informação e análise dos movimentos sociais que atuam no campo e sua relação com o Partido dos Trabalhadores. O deputado Gunther Dietrich do SPO organizou um encontro no Parlamento com deputados de outros partidos para discutir a Proposta de Reforma Agrária do Governo Paralelo e suas implicações na política de defesa da Amazônia.

A deputada Luci Choinascki representou o PT no Ato "500 anos de Agresión, 500 anos de Resistência por la Emancipación de los Pueblos", realizado em Madri, nos dias 10 e 11 de julho. "Foi importante a participação do PT neste Ato, tivemos a oportunidade de

colocar a realidade dos Movimentos Sociais, a luta pela sobrevivência, pela Vida, pela liberdade. Várias lideranças expuseram a realidade, a situação de luta de seus países. É importante registrar que esses relatos sobre a situação dos Países pobres foi realizado num País Europeu. Essa solidariedade do povo europeu fez parte dessa iniciativa, relatou a deputada.

MENSAGENS

A Mandela

Querido companheiro, queremos expressar com entusiasmo nossa satisfação pelo sucesso das manifestações em toda a África do Sul de apoio às propostas do CNA para o fim do regime racista do Apartheid e reestruturação política e social do país.

Reiteramos nosso compromisso com a luta comum pela construção da igualdade.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente Nacional do PT

Marco Aurélio Garcia
Secretário de Relações Internacionais

Aos Salvadorenhos

Estimados companheiros, em nome do Partido dos Trabalhadores, manifestamos profunda preocupação pela nova crise no cumprimento dos Acordos, manifestada nos atrasos dos calendários originalmente estipulados.

Repudiamos o surgimento de atos de violência, em especial os sequestros e assassinatos de sindicalistas, e outras violações aos direitos humanos.

Reafirmamos nossa solidariedade com o povo salvadorenho na conquista da paz e da democracia e fazemos votos para que o processo de negociações chegue a um resultado satisfatório.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente Nacional do PT

Marco Aurélio Garcia
Secretário de Relações Internacionais

Convenção dos Democratas nos EUA



Particpei, de 13 a 16 de julho, da Convenção do Partido Democrata dos Estados Unidos, realizada em Nova York, como representante do PT. Constatei que o PT se constituía na única agremiação política brasileira presente, de um total de mais de 400 estrangeiros credenciados, de cerca de 80 países diferentes. Se tal circunstância é positiva para demonstrar a ação responsável e engajada do PT na defesa dos interesses do Brasil e da nossa população, não deixa de ser preocupante a omissão dos demais partidos brasileiros no acompanhamento das eleições norte-americanas.

A plataforma do Partido Democrata procura restaurar a presença mais efetiva do estado, como uma política que incentive investimentos e reverta as taxas de desemprego, possibilitando crescimento econômico e redução do déficit público. Entretanto, se do ponto de vista da política interna as formulações dos democratas polariza em relação aos eixos da administração republicana, a mesma perspectiva não vale para o delineamento da política externa. As posições dos dois partidos são semelhantes na ênfase e em assegurar a hegemonia econômica e militar a nível mundial e, também, na ausência de propostas que visem equacionamento dos problemas ligados à pobreza e ao subdesenvolvimento no mundo. A inovação nas propostas do Partido Democrata diz respeito à defesa de uma postura mais incisiva do governo no enfrentamento dos problemas relacionados ao meio ambiente.

Essas constatações reforçam ainda mais a necessidade de desenvolvermos um trabalho ativo de interlocução junto à sociedade norte americana, com a finalidade de influir no processo de definição de posições vitais para o nosso país e para o conjunto da população do planeta.

Deputado Pedro Dallari
Secretario de Governo Municipal de São Paulo

NÚCLEOS

Cultura e Criatividade

Na perspectiva de contribuir para a retomada, expansão e consolidação de nossos núcleos de base, tomamos a liberdade de transcrever uma contribuição que nos foi repassada pela colega companheira Maria Eugênia de Araújo Rodrigues Cruz. Esta companheira está discutindo conosco a possibilidade de deslançarmos um processo de ação cultural capaz de estimular novas formas de aglutinação e organização de base. Solicitamos, com muita ênfase, que companheiros que tiverem conhecimento de experiências próprias ou realizadas por outros grupos nesta perspectiva cultural-popular, nos enviem seu relato para um intercâmbio nacional que queremos estimular e efetivar. Segue a contribuição de Maria Eugênia, lembrando que o "Cena Popular", a que o texto se refere, é uma proposta a ser debatida e implementada com as adaptações e mudanças que cada contexto sugere:

Da indignação nasce a ação, e da nossa indignação particular nasceu o **Cena Popular**, um nome entre tantos perdidos em livros que relatam os grupos de teatro revolucionários. Entretanto, o Cena Popular de hoje, não é somente um grupo de teatro, é um grupo de artistas preocupados em inovar experiências, em dinamizar a formação política e acima de tudo servir de intercâmbio às experiências já implantadas e servir de disparador àqueles que ainda não conhecem esta forma de fazer arte, não somente pela arte. O Cena Popular pretende a aproximação efetiva com a base do PT, dinamizando o contato da base, da militância com a população.

Como parte desta base, como militante, tenho observado que nós nos sentimos desmotivados para empreender uma luta ininterrupta entre uma eleição e outra. Ora, o trabalho do militante deve ser ininterrupto, pois ele não é somente cabo eleitoral, principalmente o militante petista. Este, com toda sua vontade, disposição e fidelidade ao PT, deve ser melhor aproveitado, pois acredito que assim como nós vários companheiros devem estar ávidos a trabalhar pelo PT.

O objetivo do Cena Popular é servir de disparador de um movimento de conscientização política da população, utilizando-se da linguagem artística. Este movimento emergirá das bases do PT, de sua militância, a qual terá a responsabilidade de manter atividades artísticas com a população e para a população adjacente a cada núcleo de base. Estas atividades serão sempre dirigidas à uma maior conscientização política, porque acreditamos que nosso povo não acredita em si mesmo, e por isso não coloca o poder em suas próprias mãos. É preciso que todos convençam-se de que podem fazer fazendo, participando, emitindo opinião pois somente o diálogo, o debate e o acesso à informação verdadeira promovem a conscientização. Para tanto, usamos a linguagem artística, porque acreditamos ser a arte a linguagem da intuição,

"O núcleo não pode ser aquele espaço chato de reunião, onde só meia dúzia aparecem para ficar disputando o poder dentro do Partido. O núcleo tem que promover atividades culturais, filmes, teatro, cursos e iniciativas de formação que possam motivar as pessoas. E, ao lado disso, discutir os encaminhamentos do partido levando as deliberações para a sociedade."

(Luis Inácio Lula da Silva, in "Manifesto aos Petistas" -- setembro de 1991)

a melhor forma para chegarmos aos corações das pessoas, e tocá-las em suas consciências, despertando-as para a luta, para a posse da verdadeira vida.

Se conseguirmos encontrar em cada núcleo, em cada movimento popular, uma pessoa interessada e talentosa em algum ramo de arte -- e temos a certeza de encontrar mais de uma --, estaremos satisfeitos. Isto feito, começaremos um trabalho de contatar diretamente e repiódicamente cada uma destas pessoas, as quais serão responsáveis de pensar e desenvolver, primeiramente, formas de produção artística. A propósito, a produção das manifestações posteriores é o mais importante, visto que a verdadeira arte popular se dá quando é criada e apresentada pelo próprio povo. Os temas deverão ser sempre condizentes com os ideais do PT e também sobre problemas do bairro onde situa-se o núcleo, enfim, tomando como tema o que a realidade presente assim o exigir, e o que a própria experiência do fazer artístico acrescentar a um novo fazer. Caberá, apenas, ao Cena Popular servir de referencial, enquanto acesso a material de pesquisa ou informações necessárias, sempre apoiando, sempre incentivando, unindo, porém, jamais ditando regras.

Da indignação se reacenderá a chama da luta

Em cada bairro periférico de nossas grandes cidades, bem como no interior, existem artistas de valor que não têm a menor chance de mostrar sua arte, dada a distância e as dificuldades financeiras. Estes poderiam então colocar a sua arte à serviço de uma causa política e simultaneamente satisfazer sua alma de artista.

Achamos extremamente importante incentivar qualquer manifestação artística: show de rock, dupla sertaneja, teatro, dança, poesia, música clássica, exposição de pintura, escultura, artesana-

nato etc. Enfim, todas as manifestações artísticas para nós, são altamente revolucionárias, primeiramente para quem as faz, e depois para quem usufrui, despertando assim não somente o gosto estético, como também a consciência política.

Vislumbramos num tempo próximo, um intercâmbio tal de um núcleo para outro, que todos possam se conhecer e conhecer o trabalho de cada um. Para tanto acrescentamos o uso do vídeo como forma de intercâmbio destes trabalhos, e como uma das formas mais modernas e dinâmicas da linguagem artística. Dada a existência da TV do Trabalhador, temos certeza que contaremos com o apoio destes companheiros que sabem utilizar a televisão de forma educativa.

Inicialmente, cada núcleo contatado terá uma ficha de cadastro no Cena Popular, para assim podermos, logo de início, implementar o intercâmbio desejado. Nossa intenção é percorrer o país todo, embora sabendo da sua vasta extensão e dos nossos poucos recursos, ainda não desistimos do sonho de termos um cadastro nacional e um intercâmbio efetivo dentro de cada estado ou região.

Entre em contato com a Secretaria Nacional de Formação Política e intervenha nesse debate. É deste mutirão que iremos encontrar as formas mais adequadas de construir uma nova cultura e novas formas de organização política.

Erramos

Ao fazer a editoração eletrônica da edição passada do **Boletim Nacional** (julho - nº 64) cometemos um erro que prejudicou a leitura do **Boletim** da Secretaria de Formação Política. O texto "Inaugurando o espaço da Formação Política" -- apresentando as seções do **Boletim** de Formação, que inaugurava seu espaço dentro do **BN** -- deveria ter saído no alto da página 11 e não na página 13.

PT Minas: um programa de preparação para candidatos

Os companheiros de Minas, estão socializando com a gente a experiência que vêm desenvolvendo na capacitação dos candidatos às eleições municipais deste ano. Fazemos questão de estar repassando esta e outras iniciativas porque entendemos que o quadro político nacional coloca de maneira particular a nossa atuação na campanha eleitoral. Mais do que nunca devemos nos preocupar com a preparação de nossos candidatos. Do bom desempenho deles vai depender a nossa condição de apresentarmos realmente como alternativa à situação que está aí, hoje e em 94 na eleição presidencial.

Projeto da Secretaria Estadual de Formação Política PT-MG

Curso de Preparação de Candidatos - Eleições 92

A conjuntura nacional, neste ano de 1992, coloca as eleições municipais, para prefeitos e vereadores, como um momento importante de atuação do nosso partido. Precisamos eleger vários companheiros que possam, junto com o PT, e a população, construir um novo modo de atuar no parlamento e nas administrações. Além disso, este é um momento privilegiado de politização na sociedade; onde haverá a disputa do nosso projeto democrático e popular com o neoliberalismo.

Frente a isso, os companheiros de Minas traçam como objetivo principal dos cursos que estão realizando em todas as regionais do Estado o seguinte:

- . Assessorar as campanhas do Partido, ajudando na politização e unificação das mesmas.

Objetivos específicos:

- . Capacitar os candidatos para relacionarem a tática eleitoral do PT em 1992 com a campanha de 94 e o projeto estratégico do Partido;

- . Discutir o "Modo Petista de Governar" e o papel do mandatário petista eleito em sua relação com o Partido, com o Movimento Social e a Institucionalidade;

- . Socializar experiências do PT nas administrações e Câmaras Municipais;

- . Colocar a importância e dar elementos para o planejamento da campanha e de marketing e propaganda;

- . conhecer os nossos potenciais eleitores em 1992.

Temas dos Cursos:

- . **Análise de Conjuntura** - Neste tema trata-se não só de fazer a análise da conjuntura, mas também de dar os elementos para que os companheiros saibam fazer uma análise da conjuntura. Trabalha-se também os significados das palavras comumente utilizadas, capacitando assim para o domínio do vocabulário.

- . **Modo Petista de Governar** - para

transformar a administração de uma prefeitura e avançar no caminho da construção do socialismo -- nosso objetivo estratégico -- é necessário muito mais que ganhar as eleições e assumir o mandato. É preciso assumir o poder de fato, não para o PT, mas para a maioria da população. As eleições, a conquista de governos municipais e o exercício de mandatos devem ser vistos como parte integrante da luta coletiva da sociedade.

Neste tema são trabalhadas as experiências já desenvolvidas em nossas administrações perpassando os seguintes sub-temas:

- 1) Democratização do Estado e participação popular;
- 2) Inversão de prioridades;
- 3) Reforma do Estado;
- 4) Relação Partido-Administração

. **Papel do Eleito** - relação com o Partido, o Movimento Social e a Institucionalidade. As Câmaras Municipais estão hoje em busca de seu papel. Isso é decorrente de que por muito tempo o legislativo municipal foi um órgão de pura sustentação do executivo e da política do varejo -- distribuição de bolsas de estudos, debates sobre nomes de ruas, etc. Com a nova constituição os municípios recuperaram suas prerrogativas e com isso a possibilidade de revitalizar o legislativo municipal.

Neste tema, além de fazer essa discussão, são trabalhados os sub-temas:

- 1) Atuação do vereador petista no Poder Legislativo;
- 2) Relação do vereador com o Partido;
- 3) relação do vereador com o movimento social.

. **Planejamento, propaganda e Marketing** - Poderíamos definir o conceito de "Marketing" como sendo um conjunto de técnicas de propaganda, associadas a técnicas de psicologia e comunicação de massas, destinadas a colocar um produto à venda no mercado consumidor. Em geral são utilizados apelos, temas, considerações de interesse humano que funcionam como "iscas" para atrair o consumidor.

O marketing político é o conjunto de medidas (uma campanha) destinada a "vender" ao público um candidato, um

partido, idéias, ideologias. Essas técnicas de convencimento vem sendo utilizadas amplamente ao longo das últimas décadas nas campanhas eleitorais.

Este tema se propõe a fazer esta discussão a cerca do marketing, da propaganda e do planejamento.

Uma campanha desorganizada, despolitizada, está fadada ao fracasso. Dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelo GTE nacional, e que agora está sendo reproduzido nos Estados, esta parte do curso pretende demonstrar aos candidatos e coordenadores de campanha, a importância de planejar nosso trabalho de forma mais profissional. Por último, trabalha ainda uma espécie de Mandamentos do Candidato Petista -- são conselhos, que podem parecer óbvios, mas que têm muita importância e não custa nada lembrar, por exemplo:

- . Nos materiais de campanha, enfatizar sempre a estrela do PT porque ela é uma marca forte e identifica, de cara, uma proposta, uma postura etc

- . Unidade no material de campanha: mesmo logotipo (marca) nos textos de jornal, panfletos de forma que fique bem claro a que veio o candidato, qual é sua área mais forte de atuação, são coisas que vão criando o perfil do candidato;

- . O petista, em geral, deve ser uma referência para as pessoas. No caso dos candidatos isso é importantíssimo. Portanto ele tem que ser bem informado, estar atualizado sobre os principais fatos que envolvem o país, o estado, o município. O roteiro apresenta ainda outras orientações, quinze no total. Quem estiver interessado em obter a proposta completa do curso que os mineiros estão fazendo deve entrar em contato com a sede nacional (Marlene, da SNFP) ou com a Secretaria Estadual de Minas (com a companheira Sara).



Plenária aprova filiação da CUT à CIOSL

Realizou-se, entre 15 e 17 de julho em São Paulo, a 5ª. Plenária Nacional da Central Única dos Trabalhadores, que reuniu 297 delegados representativos das 1837 entidades filiadas que, juntas, somam cerca de 3.6 milhões de associados -para 16.8 milhões de trabalhadores na base.

Ao contrário do que supunham alguns, temerosos de conflitos como os que marcaram o 4º CONCURT, a Plenária transcorreu na mais absoluta calma, em parte pela existência de uma folgada maioria de delegados vinculados à Articulação Sindical o que contribuiu para esfriar um pouco as paixões e afastar o risco de confronto físico.

Esta maioria expressou-se de forma arrasadora na votação do tema mais polêmico do Plenária - a filiação da Central à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL). Por 177 votos a 116 os delegados decidiram pela filiação, pondo fim a um debate que esteve no centro das discussões na CUT pelo menos nos últimos 12 meses.

A CUT sai desta Plenária com algumas definições importantes quanto à sua estrutura orgânica. Os sindicatos cutistas são organizados por ramo de atividade sobre a base territorial e enraizados no local de trabalho e



serão sempre os trabalhadores da base que darão a última palavra quanto às mobilizações e campanhas salariais; a estrutura vertical da CUT será orgânica, sendo os departamentos substituídos por federações e confederações cutistas - que devem adquirir legalidade jurídica - sem prejuízo da autonomia dos sindicatos; as federações e confederações poderão admitir a participação de sindicatos não cutistas, por tempo determi-

nado, sem poder de decisão, a fim de atraí-los para a CUT.

Decidiu-se também pela manutenção do atual critério de proporcionalidade na eleição de delegados às instâncias da CUT - mínimo de 20% para situações onde houver 2 chapas e 10% quando houver mais - bem como manter a não obrigatoriedade de realização de convenções cutistas nas eleições sindicais.

A resolução de conjuntura aprovada tem como eixo central a luta contra a corrupção e pelo fim do governo Collor. A CUT procurará destacar, no contexto das mobilizações pelo impeachment a sua plataforma de reivindicações, tomando a iniciativa de propor às demais entidades da sociedade civil e aos partidos políticos progressistas a realização de atos e manifestações, como a de São Paulo em 8 de agosto.

Mas a discussão que realmente polarizou, quebrando inclusive o alinhamento dos delegados às tendências, foi em torno da proposta de estabelecimento de cotas para as mulheres na direção das instâncias da Central. Por entender que a discussão ainda deveria ser mais amadurecida o plenário decidiu realizar apenas uma votação indicativa, remetendo a decisão para a 6ª. Plenária Nacional, ano que vem. O resultado desta votação dá a medida da divisão: 96 votos para o estabelecimento da cota de 30%; 118 votos contra a cota; e 32 para o estabelecimento de cota, sem fixar ainda o percentual. Houve 15 abstenções.

José Rocha Cunha
Assessor da Secretaria Sindical Nacional

ESCRITTAS PARA VOCÊ

Socialismo, impasses e perspectivas Organizado por Rubens Pinto Lyra Interlocutores marxistas da Europa e do Brasil discutem como constituir uma identidade socialista moderna
Cr\$ 39.970,00



O sistema soviético: relato de uma polêmica, de Fernando Hadriadi, expõe e debate as várias teorias que buscam explicar qual seria (ou teria sido) afinal, o caráter social do sistema soviético.
Cr\$ 56.100,00



Nenhum homem é estrangeiro, de Joseph Nonth, nos fala de um lado desconhecido dos Estados Unidos: as lutas operárias, o movimento em defesa dos direitos civis, a imprensa sindical e socialista.
Cr\$ 26.660,00



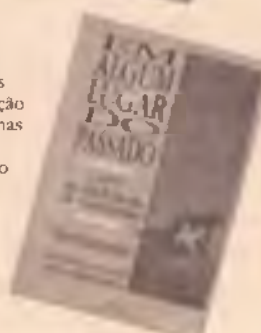
Jornalistas e Revolucionários, de Bernardo Kucinski, conta a história da imprensa alternativa na época da ditadura militar: O Pasquim, Opinião, Movimento, Coojornal, Repórter, Em Tempo, Bondinho
Cr\$ 71.860,00



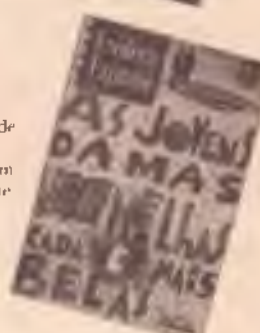
Rasgando a cortina, de Wladimir Pomar, debate a experiência do socialismo construído nos países do Leste Europeu, numa tentativa de compreender as razões de seu fracasso
Cr\$ 13.200,00



Em algum lugar do passado, de Celso Marcondes, conta a história dos 26 meses em que a administração municipal de Campinas carregou a marca do PT, até o rompimento com Jacó Hintz
Cr\$ 11.620,00



As jovens damas vermelhas cada vez mais belas: livro de memórias e de aventuras, novela da cultura e da política de 68, e também uma história de amor. É um romance sobre os que viveram quando era proibido proibir
Cr\$ 21.320,00



A miragem do mercado, de Wladimir Pomar, é uma análise do processo de reintrodução do capitalismo no Leste Europeu - suas contradições, seus limites e seus mitos
Cr\$ 17.490,00



Santos, mil dias de governo popular, de David Capistrano, é uma análise política dos principais momentos vividos pela administração municipal de Santos, desde a vitória de Telma de Souza nas eleições de 1988.
Cr\$ 13.800,00



América Latina: dependência e integração, de Ruy Mauro Marini, é uma coletânea de ensaios que discutem a luta pela democracia, o desafio da economia mundial, a crise teórica do pensamento latino-americano e os caminhos da integração continental.
Cr\$ 21.850,00



ESTOU ENVIANDO CHEQUE NOMINAL À EDITORA PÁGINA ABERTA LTDA. NO VALOR DE CR\$ REFERENTE AOS SEGUINTE LIVROS:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> SOCIALISMO... | <input type="checkbox"/> SANTOS... |
| <input type="checkbox"/> RASGANDO... | <input type="checkbox"/> NENHUM HOMEM... |
| <input type="checkbox"/> A MIRAGEM... | <input type="checkbox"/> AMÉRICA LATINA... |
| <input type="checkbox"/> O SISTEMA... | <input type="checkbox"/> JORNALISTAS... |
| <input type="checkbox"/> EM ALGUM... | <input type="checkbox"/> AS JOVENS DAMAS... |

AGUARDO OS LIVROS NO ENDEREÇO ABAIXO

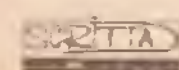
NOME _____

ENDEREÇO _____

CEP _____

CIDADE _____

ESTADO _____



Rua Dona Germaine Burchard, 286 CEP 05002
São Paulo SP Tel: (011) 262 1155
PROMOÇÃO VÁLIDA ATÉ 31.8.92

Cresce a democracia no 5º Encontro da CONAM

A deliberação do 5º Congresso que determina que a Conam é a Confederação apenas das Associações de Moradores põe fim à discussão sobre a disputa de espaço no movimento popular entre Conam e Pró-Central.

O 5º Encontro da Conam, Confederação Nacional das Associações de Moradores, põe um ponto final na discussão Conam versus Pró-Central. Os avanços foram visíveis. A democracia interna, um dos aspectos mais duramente criticados pelos companheiros da Pró-Central, chegou ao nível de Congressos da CUT ou do PT.

Duas chapas disputaram democraticamente, sem golpismo, violência ou desrespeito, apresentando propostas políticas e defendendo-as junto aos delegados.

A chapa 1 reelegeu para presidente Wladimir Dantas, da Paraíba, com mais de 70% dos votos, vencendo a chapa 2, encabeçada por Firmo Trindade, do Rio Grande do Sul, que foi vice presidente na gestão que se encerrou.

Confrontaram-se no 5º Congresso duas concepções opostas de movimento comunitário. A defendida pela chapa 2, que é representada por entidades conservadoras, em sua maioria burocratizadas e atreladas, que se expressam nas alianças de brizolistas com o PFI, com força no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. É por outro lado, a chapa 1, defendendo propostas mais avançadas de apoio às lutas dos trabalhadores, com representantes de vários partidos de esquerda como PCdoB, MR8, PDT, PT além de diversos independentes, com peso significativo em todos os Estados.

O pano de fundo e a expressão mais visível, sem dúvida, foi a posição quanto a continuidade do governo Collor ou não.

A tentativa isolada da FEMOCOHAB — que veio em ônibus fretado pelo esquema Joaquim Roriz/Ricardo Fiuza, para combater o "Fora Collor" — de credenciar delegados que não tinham sido eleitos na base foi abortada de imediato, usando-se a melhor maneira: consultou-se o plenário que decidiu, após uma intervenção contra e outra a favor, pelo não credenciamento.

A vitória da chapa 1 foi incontestável, não houve manifestação alguma sobre a lisura do pleito. Ao contrário, os vencedores foram cumprimentados e os perdedores confraternizaram-se prometendo colaboração.

Tampouco houve questionamento quanto à legitimidade das resoluções do

Congresso uma vez que as federações vieram com os temas discutidos em suas bases, com posições tomadas, propostas aprovadas em plenárias convocadas para este fim em seus Estados. Representavam, de fato, entidades que têm trabalhos reais no movimento, como ficou evidenciado nos painéis apresentados no segundo dia do evento.

Também houve avanços no que diz respeito a autonomia. A necessidade de independência do movimento comunitário — que tem como tarefa cobrar dos governos municipais, estaduais e federal as demandas do povo —, foi tema presente em todas as discussões. Não podemos, no entanto, afirmar que a autonomia é total. Existindo entidades de tantos pontos do país, em situações tão díspares, é possível que algumas ainda estejam vinculadas a esquemas político-eleitorais. Por outro, é incorreto afirmar que haja atrelamento a este ou àquele governo, tendo como único argumento o fato de terem garantido, em alguns casos, transporte para as delegações. Nada nos fez interpretar que essa situação tenha impedido a livre manifestação dos delegados.

A grande preocupação, que não tem sido suficientemente explicitada na discussão CONAM X Pró-Central, é a disputa de espaço no movimento popular.

As deliberações do 5º Congresso (negando a filiação de clubes de mães às federações, por exemplo), no sentido de que a CONAM é a confederação só das associações de moradores joga por terra essa preocupação pois é intenção desta entidade ater-se ao movimento comunitário, sem pretender disputar com a Pró-Central a filiação dos movimentos populares a ela ligados. O fato de diversos desses movimentos usarem as associações de moradores, federações e mesmo a confederação como canal de suas lutas é positivo, mas não implica que esses movimentos passem a atuar organizadamente na confederação.

Quanto ao nível político, a decisão de organizar uma escola de formação nos moldes do Instituto Cajamar prova a intenção da nova diretoria e das bases em melhorar a qualidade política da militância. É importante salientar, ainda, que dos 546 delegados, 375 votaram na chapa 1 e 162, na chapa 2; restando, entre brancos e nulos, apenas 9 votos, o

que evidencia um alto índice de participação e posicionamento dos delegados.

É verdade que ainda temos muito para avançar. É necessário acabar com os vícios, aprofundando a democracia e a legitimidade, elevando o nível político da militância.

Este Congresso nos proporcionou um grande aprendizado. Percebemos que a maioria das entidades filiadas está atuante, politizada e posicionada na sociedade.

É necessário que nós petistas façamos uma autocrítica, deixemos de lado os preconceitos e passemos a atuar nas associações de moradores para, inclusive, torná-las cada vez mais de luta; organizando-nos e tendo uma atuação homogênea dentro deste movimento, respeitando sua autonomia, mas disputando nossas posições na base.

É fundamental que CONAM e Pró-Central encerrem qualquer tipo de disputa e passem a colaborar entre si, de maneira que o movimento cresça, se desenvolva, se organize. É importante também reconhecer que o mover popular é efêmero, e a grande dificuldade é garantir o saldo organizativo após o término de uma luta específica. Canalizar as lutas para que se expressem através das entidades permanentes (mesmo compreendendo que há movimentos cuja dinâmica não se enquadra a este tipo de estrutura) seria um grande passo para resolver a questão: "que fazer agora que conquistamos nossa reivindicação?". Isso contribuiria, ainda, para que mais e mais entidades, que bem ou mal aglutinam o povo, se transformem em instrumentos de luta.

Fortalecer estas entidades, as federações e a CONAM, particularmente quando a recessão é grande, é fundamental para que a luta do povo avance. Esta é tarefa de todo militante que entende que a luta dos trabalhadores não é só por salário, saúde, casa, transporte ou alimentação, mas que nossa luta é por um país socialista. O Partido, as organizações sindicais e populares são ferramentas fundamentais para a conquista desta nova sociedade.

Ramatis Jacino

membro da Direção Nacional da CONAM/ membro do Conselho Diretivo Zonal Leste VI do PT (SP)



Educação para um Brasil cidadão

A Escola pública de qualidade é possível e necessária.

A orientação neoliberal e o populismo têm aumentado a ilusão dos projetos espetaculares como os Cieps de Brizola e os Ciacs de Collor

Entre os dias 9 e 12 de julho, em São Paulo, realizou-se o II Encontro Nacional de Educação do Partido dos Trabalhadores, que contou com a participação de 70 pessoas, entre delegados eleitos nos Encontros Estaduais e observadores. Estiveram presentes, também, Secretários de Educação das prefeituras administradas pelo PT, parlamentares e sindicalistas da área, além da companheira Esther Pillar Grossi, responsável pela área de educação do Governo Paralelo.

Este Encontro foi o resultado de quatro anos de trabalho da Comissão Nacional de Assuntos Educacionais, CAED, e da Secretaria Nacional de Movimentos Populares. A CAED tem se configurado como espaço de síntese das experiências dos companheiros petistas que atuam nos sindicatos, no movimento popular, nas prefeituras e no parlamento e tem procurado, em suas reuniões, construir nossa política nacional para a área da educação, visando alimentar a prática de cada companheiro e contribuir para a elaboração dos programas de governo para as eleições municipais.

Este esforço de síntese política, que tem sido realizado também pelas demais sub-secretarias da Secretaria Nacional de Movimentos Populares, tem revelado a riqueza e a diversidade de nossa experiência e tem se traduzido em debates que se desenvolvem num clima construtivo e fraterno.

O Encontro foi o melhor que já tivemos do ponto de vista da qualidade das discussões. Nossas divergências foram tratadas com maturidade e respeito, nos marcos da valorização do procedimento ético e da prática solidária, preceitos caros ao PT, que precisam ser cada vez mais a característica marcante da cultura política do nosso partido, cultura que pretendemos seja também a marca de nossa sociedade.

As resoluções do Encontro serão encaminhadas ao Diretório Nacional para sua apreciação e para difusão em todas as instâncias partidárias. Serão também encaminhadas aos companheiros do Governo Paralelo para que as examinem e façam suas considerações, de modo a construirmos um canal efetivo de debates também nesse âmbito.

“O Encontro consolidou as bases de nosso projeto para que seja disputado nacionalmente.”

A perspectiva de uma educação que contribua para a construção das condições de cidadania de milhares de brasileiros deve se erigir, como alternativa nacional aos projetos tanto do governo federal quanto de vários governos estaduais e municipais, que têm reduzido as ações no campo educacional a instrumento de marketing político, através de iniciativas pontuais demagógicas.

A orientação neoliberal e o populismo, que têm caminhado de mãos dadas, alimentam a ilusão dos projetos espetaculares: os Cieps no Rio de Janeiro, os CIACs de Collor, a escola-padrão em São Paulo, a Escola de Qualidade Total em Minas Gerais e a progressiva “modernização” da Universidade, entendida como associação da pesquisa e produção científica, tecnológica e cultural aos interesses dos grandes grupos econômicos.

As resoluções do Encontro propõem uma política educacional, o que implica em iniciativas concomitantes em várias direções.

O Encontro posicionou-se pela plena democratização do sistema educacional, como parte do processo de democratização do Estado e de auto-organização da sociedade, um dos fundamentos de uma sociedade democrática.

A criação dos Conselhos de Escola, como instâncias de gestão, podem permitir à estudantes, educadores, pais, funcionários e comunidade decidir sobre os rumos da orientação educacional em seu âmbito e buscar interferir no conjunto da política educacional. A democratização dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional da Educação poderá permitir à sociedade interferir diretamente na discussão e implantação de propostas.

“A democratização do sistema e da escola contribuirá significativamente para que se estabeleça uma nova qualidade de ensino.”

A participação da comunidade na escola permite que sua experiência social e cultural seja valorizada e considerada no processo de construção do conhecimento a partir do acesso ao conhecimento historicamente produzido.

Uma nova qualidade de ensino como uma das perspectivas a serem por nós perseguida implica também na valorização dos educadores, tanto do ponto de vista salarial quanto de suas carreiras, um processo de formação em serviço, de forma sistemática e permanente, que inclui também entre seus objetivos o aprendizado relativo à democratização das relações.

Entendemos que a construção de novas propostas pedagógicas também deve partir da reflexão coletiva sobre a prática de cada educador, da apropriação de teorias metodológicas que contribuam para a elucidação dessa prática e da construção e reconstrução de novas orientações teóricas. Proposta pedagógica, formação permanente e democratização das relações entre alunos, educadores, funcionários e família são indissociáveis para a conquista de uma nova qualidade de ensino.

O Encontro discutiu, ainda, a necessidade de assegurarmos o cumprimento das metas constitucionais quanto a universalização do ensino fundamental (1ª a 8ª série) e erradicação do analfabetismo para o que a colaboração entre Estados, Municípios e União será fundamental. Colaboração essa que, para nós, se contrapõe hoje frontalmente à perspectiva da municipalização do ensino.

Princípios para o desenvolvimento do ensino profissional no âmbito do 2º grau foram debatidos. Assim, como desenvolveu-se também um profícuo debate em torno da nossa política para as universidades, sobre o desenvolvimento científico e tecnológico e sobre as fontes de funcionamento da educação no país.

As resoluções do Encontro em breve serão publicadas para que os Estados organizem plenárias visando socializar as decisões. No campo e na cidade, nos legislativos e executivos, nos sindicatos e movimentos sociais é preciso que levemos nossas propostas para que o Brasil comece a tratar efetivamente a educação como prioridade nacional. Nossas prefeituras demonstram que a educação pública, democrática e de qualidade é possível hoje e necessária para a construção da cidadania plena de milhares de brasileiros.

Selma Rocha



Campo e cidade unidos pela Reforma Agrária

A madrugada que antecedeu o dia 25 de julho, dia nacional do trabalhador rural, foi velada por operários estudantes, lavradores, índios, mulheres, crianças, enfim, brasileiros que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária. Eles participaram da Vigília da Cidade e do Campo na Luta pela Terra, realizada, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em São Paulo. Apesar do frio intenso e da chuva fina, centenas de sem terra e de operários fizeram uma caminhada pelas ruas de São Bernardo, que partiu da Praça da Matriz, símbolo das lutas na região, carregando tochas, enchadas e foices. Era o começo de uma noite histórica que reuniu mais de duas mil pessoas.

A Vigília foi dividida em dois grandes debates, onde participaram perso-



nalidades como Avelino Ganzer, vice-presidente nacional da CUT, Lula, presidente nacional do PT, Frei Betto, e padre Francisco Cavazutti, de Goiás (que recentemente ficou cego vítima de um uma bala de pistoleiros). Durante os debates Lula afirmou que a reforma Agrária deixou de ser uma frase de

efeito usada nas grandes manifestações para se tornar uma iniciativa concreta. Para ele, a desigualdade na distribuição da terra provocou o grande êxodo rural, é uma realidade que afeta todos os brasileiros. João Pedro Stédile, um dos coordenadores do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra, afirmou que chegou a hora dos trabalhadores urbanos e rurais realizarem a aliança operário camponesa que até hoje foi usada apenas como palavra mágica. "A burguesia agrária e industrial aplica essa aliança por cima há muito tempo para garantir seu poder econômico. As multinacionais do ABC têm 33 milhões de hectares no Brasil e os 22 maiores grupos econômicos são donos de mais de 22 milhões de hectares", afirmou.

Além dos debates também houve festa e animação. Cantores da capital e do interior apresentaram suas músicas que falavam da importância de unir campo e cidade na luta pela Reforma Agrária. A Vigília foi um mistura de festa e de reflexão que serviu para mostrar que a Reforma Agrária é um dos pontos mais fortes de união para aqueles que querem um mundo melhor.

Ocupações: o testemunho contra a injustiça

Depois de um quarto de século de invasões de terras promovidas por bancos, indústrias, empresas comerciais, grileiros e especuladores de diversos tipos, financiados com o dinheiro público dos incentivos fiscais, os trabalhadores reagem.

Depois de um quarto de século em que cerca de 32 milhões de brasileiros foram expulsos de campo para a cidade, e ali amontoados em condições sub-humanas, no desemprego, na fome, na prostituição, na marginalidade, os trabalhadores foram reconstruindo suas organizações destruídas pelo regime militar, criando novas organizações - a CUT e o MST - e adotando novas formas de luta no campo.

A mais importante e significativa destas formas de luta são as ocupações. Pelo impacto que provocam na sociedade e no Estado e pelo caráter de massa que imprimem à luta pela terra. As ocupações são uma espécie de marca registrada do movimento social no campo brasileiro a partir dos anos 80. Elas se somaram e conferiram uma qualidade nova - à luta pela terra que era sustentada pelos grupos familiares de posseiros sobretudo no norte, centro-oeste e nordeste do país. O elemento essencial que as ocupações trazem de contribuição à luta pela terra é o

caráter de massa. Elas se convertem em acampamentos que, mesmo na hipótese, frequente, de despejo, funcionam de modo eficaz como um testemunho de denúncia da estrutura fundiária do país e uma pressão permanente sobre os Governos Federal e Estaduais exigindo a Reforma Agrária.

Em 1991 ocorreram 77 ocupações, em todo o país, conforme dados colhidos pelo Setor de Documentação da CPT, que mobilizaram 13.844 famílias, multiplicando por dois os números do ano anterior. É oportuno observar que em cinco anos - desde 1987 quando os latifundiários e seus aliados bloquearam a Reforma Agrária na Constituição - as ocupações de terra marcaram uma resistência permanente às políticas de Contra-Reforma Agrária dos governos Sarney e Collor de Mello. Registre-se que os setores populares obtiveram, em julho deste ano, uma vitória parcial na Câmara dos Deputados vinculando a definição de Propriedade Produtiva à "função social". Esse avanço no texto será agora submetido ao Senado.

Para explicar essa capacidade de luta é oportuno registrar a elevação do grau de organização dos trabalhadores



- o surgimento da CUT e do Movimento dos Sem Terra - a experiência de articular apoios na sociedade civil e no

Parlamento, o aumento da capacidade de denúncia e sensibilização no Brasil e no exterior, que resultaram em campanhas de solidariedade internacional.

Por fim, as ocupações têm sido, em última instância, a forma de luta que permitiu a questão da Reforma Agrária voltar à cena política no Brasil num momento em que as elites realizavam todo o esforço para dá-la como questão vencida.

Uma última consideração. O aumento do número de ocupações de terra e de famílias envolvidas pode revelar o grau de desespero em que se encontram milhões de brasileiros lançados na periferia das grandes cidades. Sem moradia, emprego, ou qualquer atividade regular, sem identidade profissional, sem raízes que os identifiquem culturalmente, eles buscam nas ocupações de terra uma alternativa de sobrevivência.

No último mês de março, 400 famílias ocuparam a fazenda União, no município de Mundo Novo, Goiás. Nenhuma delas era da Região. Todas vieram dos bairros da periferia de Goiânia, capital do Estado, a 400 km de distância. O reverso do último êxodo?

Pedro Tierra

Secretário Agrário Nacional do PT